

SERGE GRUZINSKI

# A águia e o dragão

*Ambições europeias e mundialização  
no século XVI*

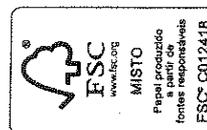
Tradução

Joana Angélica d'Avila Melo



COMPANHIA DAS LETRAS

Ana. Castro  
fev 2015



A marca FSC® é a garantia de que a madeira utilizada na fabricação do papel deste livro provém de florestas que foram gerenciadas de maneira ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável, além de outras fontes de origem controlada.

Copyright © 2012 by Librairie Arthème Fayard



*Cet ouvrage, publié dans le cadre du Programme d'Aide à la Publication 2014 Carlos Drummond de Andrade de la médiathèque, bénéficie du soutien du ministère français des Affaires étrangères et du Développement international.*

Este livro, publicado no âmbito do programa de auxílio à publicação 2014 Carlos Drummond de Andrade da mediатеca, contou com o apoio do Ministério francês das Relações Exteriores e do Desenvolvimento Internacional.



*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

**Título original**

L'Aigle et le dragon: Demesure européenne et mondialisation au XVI<sup>e</sup> siècle

**Capa**

Tamires Cordeiro

**Imagens de capa**

Acima: *O comércio de chá na China, 1790-1800*, óleo sobre tela, escola chinesa © Peabody Essex Museum, Salem, Massachusetts. Eua/ Bridgeman Images; abaixo: *Cultura Tononaca*, detalhe da nobreza tononaca negociando com mercadores astecas, 1950, mural de Diego Rivera (1886-1957)/ Palácio Nacional, Cidade do México, México/ Bridgeman Images. © Banco de México Diego Rivera & Frida Kahlo Museums Trust, Cidade do México/ AUVVIS, Brasil, 2015

**Preparação**

Lágia Azevedo

**Revisão**

Haendel Viana

Marise Leal

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Camara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gruzinski, Serge

A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI / Serge Gruzinski; tradução Joana Angélica d'Avila Melo. — 1<sup>a</sup> ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Título original: L'Aigle et le dragon.

ISBN 978-85-359-3531-9

1. Comunicação intercultural. — Século 16 2. História universal — Século 16 3. Ibéria, Península. — Relações exteriores — Século 16 I. Título

14-12396

CDD-909

Índice para catálogo sistemático:

1. História universal. Século 16

909

[2015]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04533-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3797-3590

Fax: (11) 3797-3501

www.companhiodasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Para Agnès Fontaine

*Westwärts schweift der Blick.*  
Richard Wagner, *Tristan e Isolde*, I, 1

## Sumário

Introdução .....	15
1. Dois mundos tranquilos .....	21
Os dois imperadores .....	22
A China de Zhengde e o México de Moctezuma .....	25
Zhongguo .....	27
Anahuac .....	32
Dois universos de pensamento .....	39
2. A abertura para o mundo .....	43
O mundo segundo os pochtecas .....	44
As frotas do imperador .....	45
As fronteiras da civilização .....	47
O mar .....	49
Uma história traçada de antemão? .....	52
3. Já que a Terra é redonda .....	55
Histórias paralelas .....	56

Histórias conectadas, ou a corrida às Molucas.....	57
O precedente colombiano.....	61
4. O salto para o desconhecido?.....	63
O Catai de Marco Polo .....	64
A preparação das viagens .....	67
Malaca, encruzilhada da Ásia .....	71
As Novas Índias ficam na Ásia? .....	73
O sonho asiático.....	76
O salto no vazio.....	77
5. Livros e cartas do fim do mundo.....	80
“Os livros deles são como os nossos” .....	81
“Existem impressores na China” .....	82
Americanismo e orientalismo .....	84
Cartas da China e do México .....	88
O olhar dos outros.....	93
A ilusão retrospectiva.....	95
6. Embaixadas ou conquististas?.....	97
Improvisações e trapalhadas .....	98
Grande desígnio lisboeta e intrigas caribenhas .....	101
A Ásia das especiarias, mas não o Novo Mundo .....	105
Desembarque português na costa da China .....	109
Desembarque espanhol na costa do México .....	112
Deslize de Cortés, intenções portuguesas.....	116
A marcha sobre Beijing (de janeiro ao verão de 1520) .....	121
A marcha sobre México-Tenochtitlán (de agosto a novembro de 1519).....	122
A opção pela desmesura .....	126
Bloqueios .....	129
O encontro com os imperadores .....	134

7. O choque das civilizações .....	142
Situações desconfortáveis .....	143
A morte dos imperadores .....	146
O segundo desastre português.....	151
A revanche dos castelhanos.....	156
O choque das civilizações .....	158
8. O nome dos outros .....	162
Um esquecimento bem estranho .....	163
Castilhan! Castilhan!.....	165
Bárbaros ou piratas? .....	168
Seres divinamente monstruosos .....	172
O inferno são os outros .....	174
Nomear os indígenas .....	176
Nomear os intrusos .....	178
Índios canibais e portugueses antropófagos .....	180
Invisibilidade portuguesa, exibicionismo castelhano .....	181
9. Uma história de canhões .....	183
A artilharia dos invasores .....	184
Pirataria chinesa .....	185
Um canhão para o além .....	188
Uma tecnologia do passado .....	192
Palavras para dizê-lo.....	194
10. Opacidade ou transparência?.....	197
A experiência ibérica .....	198
Os intérpretes .....	204
Lidar com as diferenças .....	208
A decifração das sociedades .....	212
11. As maiores cidades do mundo.....	214
A geografia ou a arte de espionar.....	215

As maiores cidades do mundo.....	219
Como Lisboa ou como Salamanca.....	222
O olhar do conquistador.....	230
O triunfo póstumo da capital asteca.....	231
12. A hora do crime.....	235
A arte de desmanchar as sociedades.....	236
A vantagem das armas.....	242
Planos de conquista.....	244
A hora do crime ou a guerra sem misericórdia.....	249
O pós-guerra em Cantão.....	250
O projeto colonial.....	252
A rude aprendizagem da colonização.....	254
13. O lugar dos brancos.....	258
A visão dos vencidos.....	259
A pressão dos bárbaros.....	261
A alergia ao estrangeiro.....	264
Há lugar para o alienígena?.....	269
14. A cada um seu pós-guerra.....	272
Os irmãos da costa.....	273
Predação e asiaticização.....	277
Uma ilha mestiça.....	279
Caos mexicano.....	281
Americanizar-se ou asiaticizar-se.....	284
15. Os segredos do mar do Sul.....	287
A China da primeira volta ao mundo.....	288
As tentativas a partir da Espanha.....	289
A segunda vida de Hernán Cortés.....	290
Ambições de Cortés e consciência-mundo.....	295

“Os obstáculos interpostos pelo demônio”.....	298
Agora é a vez do vice-reinado.....	303
16. A China no horizonte.....	307
O caminho está livre.....	308
A linha de demarcação.....	310
O assunto espiritual do século.....	314
Uma base avançada.....	316
17. Quando a China despertar.....	319
Por que a guerra contra a China?.....	320
A guerra do jesuíta.....	325
A insupportável insolência dos chineses.....	327
“Os caminhos da guerra”.....	332
Quando a China despertar.....	335
Uma coisa tão nova.....	338
A guerra da China não acontecerá.....	342
Conclusão: Rumo a uma história global do Renascimento....	346
Modernidades.....	350
Guinada para o Oeste e nascimento do Ocidente.....	352
Mapas	
A rota de Tomé Pires: Malaca-Beijng,	
junho de 1517-verão de 1520.....	120
As rotas de Hernán Cortés no México.....	123
<i>Agradecimentos</i> .....	357
<i>Notas</i> .....	359
<i>Referências bibliográficas</i> .....	389

## Introdução

ANDROMACA: *A guerra de Troia não acontecerá, Cassandra!*  
Jean Giraudoux, *La Guerre de Troie n'aura pas lieu*, 1, 1

Escritores da primeira metade do século XX percorreram os caminhos que nos levariam do México à China. Por muito tempo Jean Giraudoux nos sugeriu um título, “A guerra da China não acontecerá”, que foi preciso abandonar. Paul Claudel soube resuscitar mundos que, hoje, talvez sejamos mais capazes de compreender. Nas jornadas de *O sapato de cetim* (1929) dialogam seres vindos dos quatro cantos do globo. “O palco deste drama é o mundo, e mais especialmente a Espanha no final do século XVI.” Ao “comprimir os países e as épocas”, Claudel não pretendia fazer um trabalho de historiador, mas nos mergulhava nos remoinhos de uma globalização. Uma globalização que não era nem a primeira nem a última, mas que se instalou rapidamente durante o século XVI, na esteira das expedições portuguesas e espanholas. A águia asteca e o dragão chineses sofreram, então, os primeiros efeitos da desmesura europeia.

Transliterações: não foi possível unificar sistematicamente as transliterações do chinês para o francês e, sempre que recorremos a esse trabalho, conservamos as que figuram no estudo de P. Pelliot, “Le Khoja et le Sayyid Husain de l’histoire des Ming”, *T’oung Pao*, série 2, v. 38, 2-5, 1948, pp. 81-292.

Essa globalização é um fenômeno diferente da expansão europeia, que mobilizou muitos recursos técnicos, financeiros, espirituais e humanos. Ela respondeu a opções políticas, cálculos econômicos e aspirações religiosas que se conjugaram, com menor ou maior eficácia, para atrair marinheiros, soldados, padres e comerciantes a milhares de quilômetros de distância da península Ibérica, num deslocamento em todas as direções do mundo. A expansão ibérica provocou reações em cadeia e, com frequência, choques que desestabilizaram sociedades inteiras. Foi o que aconteceu na América. A Ásia enfrentou algo mais forte do que ela, quando não atolou nos pântanos e nas florestas da África. A imagem de uma progressão inelutável dos europeus, quer exaltemos suas virtudes heroicas e civilizadoras, quer a condenemos às gemônias, é uma ilusão da qual é bem difícil se desfazer. Resulta de uma visão linear e teleológica da história que continua a aderir à pena do historiador e ao olho do leitor.

O que é equivocado quanto à expansão ibérica é ainda mais errado quanto à globalização, que podemos definir como a proliferação de todos os tipos de vínculo entre partes do mundo que até então se ignoravam ou se relacionavam com enorme distanciamento. A que se desenrola no século XVI abrange ao mesmo tempo a Europa, a África, a Ásia e o Novo Mundo, entre os quais com frequência se desencadeiam interações de intensidade sem precedentes. Um tecido ainda frágil, cheio de buracos inensos, sempre prestes a rasgar ao menor naufrágio, mas indiferente às fronteiras políticas e culturais, começa a se estender por todo o planeta. Quais são os protagonistas dessa globalização? Por bem ou por mal, populações africanas, asiáticas e americanas participam dela, mas os portugueses, os espanhóis e os italianos fornecem o essencial da energia religiosa, comercial e imperialista, ao menos nessa época e por um bom século e meio. O servo chinês de *O sapato de cetim* diz a Don Rodrigo, vice-rei das Índias: “Nós nos tomamos um pelo outro e não há mais como nos desvencilhar”?

O que os contemporâneos percebem de tudo isso? Com frequência o olhar deles é mais penetrante do que o dos historiadores que se sucederam para observá-los. Homens do século XVI, e não somente europeus, compreendem a amplitude do movimento ao qual são confrontados, e na maioria das vezes o fazem em termos religiosos, a partir das perspectivas que a missão lhes abre. Mas a globalização se desenha também no espírito dos que são sensíveis à aceleração das comunicações entre as diferentes partes do mundo, à descoberta da infinida diversidade das paisagens e dos povos, às extraordinárias oportunidades de lucro trazidas por investimentos projetados no outro lado do globo, ao crescimento ilimitado dos espaços conhecidos e dos riscos enfrentados. Nada parece resistir à curiosidade dos viajantes, ainda que muitas vezes estes não fossem a lugar algum sem o auxílio de seus guias e de seus pilotos nativos.

Pode-se atribuir o descobrimento da América ou a conquista do México a figuras históricas como Hernán Cortés ou Cristóvão Colombo. O assunto é discutível, mas o procedimento é cômodo. A distância dos séculos e nossa ignorância cada vez maior militam para que aceitemos essas simplificações. Já a globalização não tem autor. Ela responde em escala planetária aos embates provocados pelas iniciativas ibéricas. Mistura histórias múltiplas cujas trajetórias de repente se entrecrocaram, precipitando desenlaces imprevisíveis e até então inconcebíveis. A globalização não tem nada de uma maquinaria inexorável e irreversível que executaria um plano preconcebido com vistas à uniformização do globo.

Portanto, seria equivocado acreditar que nossa globalização nasceu com a queda do muro de Berlim. Seria igualmente ilusório imaginar que ela é a gigantesca árvore nascida de uma semente plantada no século XVI por mãos ibéricas. Parece, contudo, que nosso tempo é devedor dessa época longínqua, por várias razões, se aceitarmos que a ausência de filiação direta ou de linearidade

não transforma o curso da história numa cascata de acasos e de acontecimentos sem consequências. É no século XVI que a história humana se inscreve num cenário que se identifica com o globo. É então que as conexões entre as partes do mundo se aceleram: Europa/Caribe a partir de 1492, Lisboa/Cantão a partir de 1513, Sevilha/México a partir de 1517 etc. Acrescentemos outra razão que está no cerne deste livro: é com a globalização ibérica que a Europa, o Novo Mundo e a China se tornam parceiros planetários. A China e a América têm um papel importantíssimo na globalização atual. Mas por que a China e a América se encontram face a face no xadrez terrestre, de onde vem isso? E por que a América dá hoje sinais de esgotamento, enquanto a China parece ter tomado impulso para lhe arrebatá-lo o primeiro lugar?

Numa obra anterior, *Que horas são lá... do outro lado?*, havíamos nos interrogado sobre a natureza dos vínculos que se estabeleceram desde o século XVI entre o Novo Mundo e o mundo muçulmano. Essas regiões foram então confrontadas com os primeiros efeitos da expansão europeia sobre o globo. Colombo estava convencido de que sua descoberta forneceria o ouro com o qual os cristãos retomariam Jerusalém e esmagariam o islã. O Império Otomano, por sua vez, se inquietava por ver um continente desconhecido pelo Alcorão e pelos sábios do islã entregue à fé e à rapacidade dos cristãos. Não se poderia abordar a globalização que progressivamente fez do globo o cenário de uma história comum sem considerar o que se deu desde essa época entre terras do islã, da Europa e da América. Mas será suficiente? Se a adjunção de uma quarta parte do mundo é o registro de nascimento da globalização ibérica, a irrupção da China nos horizontes europeus e americanos constitui outra perturbação. O fato de ela ter sido, com poucos anos de diferença, contemporânea ao descobrimento do México deveria ter chamado nossa atenção mais cedo, mas nosso olhar, por longo tempo retido pela Mesoamérica, ha-

via esquecido que ela não é o extremo do mundo: como repetiam os antigos mexicanos, é o meio.

No século XVI, por duas vezes os ibéricos visaram conquistar a China. Mas o desejo deles nunca se realizou. Parafusando o título da célebre peça de Jean Giraudoux, "A guerra da China não acontecerá". Alguns, um pouco tarde, lamentarão isso. Outros, junto conosco, refletirão sobre aquilo que nos ensinam essas veleidades de conquistista, contemporâneas da colonização das Américas e da exploração do oceano Pacífico. China, Pacífico, Novo Mundo e Europa ibérica são os protagonistas de uma história que surge de seu encontro e enfrentamento. Essa história se resume numa simples frase: no mesmo século, os ibéricos falham na China e têm êxito na América. É isso que nos é revelado por uma história global do século XVI, concebida como outra maneira de ler o Renascimento, menos obstinadamente eurocentrada e, sem dúvida, mais em harmonia com nosso tempo.

## 1. Dois mundos tranquilos

*O que me apavora na Ásia é a imagem de nosso futuro, por ela antecipada. Com a América indígena acalento o reflexo, fugaz mesmo ali, de uma era em que a espécie se encontrava na esca-  
la de seu universo.*

Claude Lévi-Strauss, *Tristes trópicos*

Em 1520, Carlos v, Francisco I e Henrique VIII são os astros ascendentes da cristandade latina. Regente de Castela desde 1517, sagrado rei da Germânia em 1520, Carlos de Gand nasceu com o século. Francisco I torna-se rei da França em 1515 e Henrique VIII, da Inglaterra em 1509.<sup>1</sup> Em Portugal, o velho Manuel, o Ven-  
turoso, ainda tem força suficiente para contrair novas núpcias, agora com a irmã do rei Tudor. Diante dos rivais franceses e ingleses, Carlos de Gand e d. Manuel alimentam ambições oceânicas que projetam seus reinos em direção a outros mundos. Em novembro de 1519, um aventureiro espanhol, Hernán Cortés, à frente de uma pequena tropa de infantas e de cavaleiros, entra em

## 5. Livros e cartas do fim do mundo

A estupefação suscitada pela novidade também ocorre na Península. Já em 1492, o milanês Pietro Martire d'Anghiera fez-se o cronista atento e lúcido dos empreendimentos de Colombo e dos sucessores dele. O humanista é inesgotável quanto ao caráter sem precedentes da descoberta: diz e repete isso aos papas que se sucedem, tanto a Adriano VI como a Leão X: dessas terras e desses homens “desconhecidos” afluem “coisas novas, inauditas e verdadeiramente espantosas”.<sup>1</sup> A descrição entusiástica que ele traça dos presentes enviados por Cortés em março de 1520 a Valladolid inaugura a maneira pela qual a Europa letrada perceberá as grandes civilizações do México. Os discos de ouro e de prata, os colares de pedras semipreciosas e outras “campânhas de ouro”, as “tiaras”, as “mitras”, os penachos, os leques de penas seduzem por sua beleza e pela extraordinária mestria que seus criadores exibem.<sup>2</sup> A afirmação é unânime, quer venha do dominicano espanhol Bartolomé de Las Casas ou do pintor alemão Albrecht Dürer.

“OS LIVROS DELES SÃO COMO OS NOSSOS”

Curiosos livros também fazem parte da remessa. Para Pietro Martire, não há dúvida de que os índios escrevem. O que lhes serve de papel ou de pergaminho — “o material sobre o qual os índios escrevem” — é uma fina casca de árvore que se assemelha àquela dos “frutos comestíveis de palmeira”.

Pietro Martire quis que tudo lhe fosse explicador: começa-se por estender a folha para lhe dar sua forma definitiva. Uma vez endurecida, ela é recoberta “por algo que se assemelha a gesso ou por outro material do mesmo gênero”. As folhas não são encadernadas, mas dispostas em sanfona, em “numerosos côvados”. Quando é dobrado, o objeto forma um conjunto de elementos quadrados, unidos por um “betume resistente e flexível”. “Recobertos por tabuinhas de madeira, [os livros dos indígenas] parecem ter saído das mãos de um hábil encadernador.”

Papel indígena, confecção do livro, manipulação, nada escapa à visão do humanista milanês, o qual se interroga igualmente sobre o tipo de escrita que tem sob os olhos. Os glifos ameríndios “formam dados, ganchos, laços, arestas e outros objetos alinhados como entre nós”. Parecem-lhe “quase semelhantes à escrita egípcia” que ele pudera observar de perto por ocasião de sua viagem ao Egito.<sup>3</sup> Um amigo de Pietro Martire, o núncio apostólico Giovanni Ruffo da Forlì, faz a mesma associação: “Nos pequenos quadrados havia figuras e signos em forma de caracteres árabes e egípcios que foram interpretados aqui como sendo as letras que eles utilizam, mas os índios não conseguiram explicar de maneira satisfatória o que era aquilo”.<sup>4</sup> A alternância entre pictografias e desenhos sugere até uma comparação com inovações então em voga nos ateliês europeus. Ela lembra “a maneira pela qual os impressores, em nossos dias, para atrair os clientes, têm o hábito de intercalar, nas histórias gerais e mesmo nos livros de divertimento, pranchas que representam os protagonistas da narrativa”.

“Uma vez fechados, os livros deles são como os nossos.”

Tem-se a sensação de que Pietro Martire se esforça por atenuar o que poderia separar a Europa e o Novo Mundo, embora essa apreciação nos pareça hoje um tanto apressada, ou mesmo redu-tora. É verdade que ele valoriza igualmente a riqueza dos conteú-dos: “Os livros deles [...] encerram, ao que se crê, suas leis, a or-dem de seus sacrifícios e de suas cerimônias, suas contas, as observações astronômicas, as maneiras e as épocas para semear.”<sup>5</sup>

Tal afirmação se inspira provavelmente nas explicações forneci-das pelos enviados de Cortés, Francisco de Montejo e Alonso Hernandez de Porto-Carrero.<sup>6</sup> Ela é determinante, pois, se os li-vros mexicanos são depositários de um saber jurídico e religioso, astronômico e agrícola, tudo leva a crer que os habitantes daque-las paragens dispõem dos instrumentos indispensáveis ao funcio-namento de uma sociedade civilizada e à sua projeção no futuro.

Assim, não se poderia imaginar uma apresentação mais atraente das sociedades mexicanas. Mas ninguém é perfeito. Há uma sombra nesse panorama, e é bem grande. As sociedades des-cobertas se dedicam ao sacrifício humano, em particular ao sacri-fício de crianças. Coisa que, no entanto, o humanista se empenha em compreender, retomando as explicações fornecidas pelos ín-dios.<sup>7</sup> É inegável, porém, que o espetáculo dos presentes trazidos do México o encanta e que, por fim, a fascinação o arrebatou: “Pa-rece-me jamais ter visto coisa semelhante, que possa por sua be-leza atrair os olhares dos homens.”<sup>8</sup>

“EXISTEM IMPRESSORES NA CHINA”

Em 1512, um chinês teria sido enviado a Cochim e, de lá, à corte de Lisboa. Certamente levou consigo, ou forneceu in loco, amostras da escrita ideográfica. Mesmo que isso não tenha acon-

tecido, basta abrir o primeiro livro chegado na mesma época às margens do Tejo ou folhear aquele *Caderno de pinturas dos chine-ses*,<sup>9</sup> mencionado no inventário do guarda-roupa real, para fazer uma ideia da mestria dos artistas do Império Celestial. Em 1514, como dissemos, o rei d. Manuel oferecerá o livro chinês ao papa Leão x. Em Roma, a obra empolgou o humanista Paolo Giovio:<sup>10</sup> a tal ponto que podemos perguntar se, anos mais tarde, o entusias-mo que Pietro Martire manifesta não é calcado sobre o de seu ilustre colega.

A cena emblemática do erudito a perscrutar com um olhar informado as coisas de outro mundo conheceu um precedente romano. A posteridade esqueceu o lombardo Paolo Giovio, um dos intelectuais mais destacados de seu tempo, um desses espiri-tos ágeis que se identificam tão fortemente à sua época que aca-bam desaparecendo com ela. Diante dos livros chineses, Giovio não consegue dissimular sua admiração, mas aqui é o próprio processo da impressão que capta toda a sua atenção:

Lá [na China] existem impressores que imprimem segundo nosso próprio método livros que contêm histórias e ritos sacros numa folha cujo lado maior é dobrado para o interior em páginas qua-dradas. O papa Leão teve a bondade de nos mostrar um livro desse gênero que lhe foi apresentado junto com um elefante pelo rei da Lusitânia, de modo que podemos facilmente pensar que exemplares desse gênero nos chegaram, antes que os lusitanos penetrassem na Índia, pelos citas e pelos moscovitas como ainda incomparável para nossas letras.<sup>11</sup>

Paolo Giovio difundirá mais tarde a ideia de que a imprensa foi trazida da China por um comerciante, e não inventada comple-tamente na Alemanha de Gutenberg.<sup>12</sup> Era o bastante para rebaixar a soberba de uma terra culpada de abrigar Lutero e seus seguidores.

A questão da origem chinesa da imprensa não mais cessaria de alimentar a crônica. No século XVI o médico Garcia de Orta, de Goa, o historiador português Jerônimo Osório e o jesuíta italiano Giampetro Maffei reproduziram a versão de Paolo Giovio. O debate não tem nada de anecdótico. Não somente a China é um país que produz livros e que tem domínio da imprensa, como também a Europa ficaria em dívida com ela. A diferença do México, cujas produções permanecem como curiosidades longínquas ou lembranças de um passado extinto como a Antiguidade egípcia, a China doou à cristandade uma técnica à qual um humanista não poderia ficar indiferente: a invenção do livro impresso. Não importa que ainda se ignorasse quase tudo sobre a China: esta, através da imprensa e do comércio de seus objetos preciosos, já havia se convidado ao seio das cortes europeias.

#### AMERICANISMO E ORIENTALISMO

Lisboa terá a oportunidade de comparar os livros da China com os do México: em 1521, d. Manuel recebe de Carlos V um dos códices enviados por Cortés, o *Codex Vindobonensis Mexicanius*, que em seguida passará às mãos de Clemente VIII.<sup>13</sup> Não era uma obra mexicana que a corte de Lisboa tinha diante dos olhos, mas uma pintura mixteque, sem dúvida chegada à costa vera-cruzense entre os presentes oferecidos ao conquistador. As referências à história de Quetzalcoatl, o deus-serpente de plumas, contidas no códice, devem ter escapado tanto a Cortés quanto aos soberanos ibéricos que o examinaram. Pelo menos, pouco antes de morrer, Manuel teve oportunidade de constatar que a civilização descoberta por seus vizinhos castelhanos para seu genro português Carlos era tão impressionante quanto a China que ele mantinha na linha de mira.

Mexicanas ou chinesas, essas peças vêm de mundos vivos e contemporâneos, dos quais propõem uma imagem espantosamente positiva, mesmo aos olhos exigentes da Itália letrada. Nessa Europa que valoriza o escrito e coleciona os manuscritos antigos, livros chineses e códices mexicanos são marcadores indubitáveis de civilização, indispensáveis para situar sociedades que, até então, se desconheciam. A escrita e seus suportes aparecem como as molduras obrigatórias de toda memória e, portanto, de toda continuidade histórica. Paolo Giovio leva em conta as histórias que os livros chineses encerram, enquanto Pietro Martire sugere que os livros mexicanos contam “as gestas dos ancestrais de cada rei”.<sup>14</sup> China e México são aprovados com sucesso no exame, numa época em que o Império otomano evoca para muitos a imagem de uma nação bárbara, destruidora da cultura grega e antiga.<sup>15</sup>

Tais objetos não têm absolutamente a mesma expectativa de vida. A escrita e as artes da China têm o futuro para elas e diante delas. Em contraposição, na época ninguém imagina que os códices mexicanos são as últimas realizações de uma arte e de uma técnica condenadas ao aniquilamento ou ao definhamento. Na verdade, quando Pietro Martire observa os códices, a sorte ainda não está lançada do outro lado do Atlântico. Mas a admiração do humanista milanês não impedirá as devastações da Conquista, e hoje é perturbador aproximar tais apreciações, tão laudatórias, da continuação que a história lhes dará. O momento em que o milanês escreve assinala uma etapa efêmera da relação da Europa com o México, a do descobrimento prévio à conquista e à destruição. Portugueses, italianos, castelhanos oferecem aqui a mesma face, a do colecionador. As curiosidades mexicanas valem por seu refinamento, sua estranheza, sua singularidade. Os livros chineses entram na mesma categoria, na qual se destacam o valor intelectual e a perícia técnica. Mas se, para Castela, a guerra, a predação e a

destruição vão rapidamente passar à frente das coleções, em Lisboa se inscrevem de saída numa relação comercial: as remessas vindas da China representam sobretudo mercadorias preciosas de alto valor agregado. Vistos retrospectivamente, os livros mexicanos observados por Pietro Martire, assim como os tesouros enviados a Carlos V, fixaram o instantâneo de uma civilização logo destinada à perda, e por muito tempo fundamentaram nossa imagem de um México fossilizado em suas plumas e suas pirâmides, enquanto o comércio com a China não parou de abastecer o Ocidente em objetos de luxo que as pessoas pagavam caro para obter.

Por enquanto, tanto Pietro Martire d'Anghiera quanto Paolo Giovio — que se tornará um dos grandes especialistas sobre o mundo otomano — contribuem para lançar disciplinas chamadas a ocupar um lugar essencial na história do pensamento europeu: o americanismo e o orientalismo. Nossos humanistas estão entre os primeiros na Europa a observar, descrever e interpretar “cientificamente” objetos originários da China e da América<sup>16</sup> explorando redes de informação planetárias que, via Sevilha ou Lisboa, convergem para Roma. Antes deles, outros italianos haviam produzido e difundido conhecimentos sobre as outras partes do globo: para citar apenas os mais recentes, Ludovico di Varthema, de quem é editada em Roma, em 1510, a viagem à Índia e ao Sudeste Asiático, e Amerigo Vespucci, de quem são publicados os escritos autênticos ou apócrifos a partir de 1503.

Pietro Martire d'Anghiera e Paolo Giovio não se contentam em coletar informações novas: é como humanistas que se consagram à interpretação delas.<sup>17</sup> Suas reflexões sobre os mundos longínquos se apoiam em sua formação clássica, que fundamenta a autoridade deles ao mesmo tempo que lhes fornece instrumentos para pensar as relações da cristandade com o Egito mameluco e com o Novo Mundo (Pietro Martire d'Anghiera), com a China e com o Império otomano (Paolo Giovio), ou mesmo comparar a

América com a Ásia (Paolo Giovio). Tanto as viagens e as coleções de Giovio quanto as cartas de Anghiera desenharam os contornos de uma República das Letras que doravante se empenha em divulgar as novas realidades do eclúmeno. Um dos efeitos da correspondência de Pietro Martire com a Itália dos príncipes, dos prelados e da Cúria romana não é o de ativar as primeiras redes eruditas entre o Novo Mundo e o Antigo? Diante da Casa de la Contración em Sevilha e da corte de Lisboa, que polarizam a informação sobre as novas terras, os intermediários italianos garantem a difusão europeia explorando os canais da diplomacia, da Igreja e da imprensa.<sup>18</sup>

Nem todas essas redes se ativam ao mesmo tempo. Os saberes sobre a China só vão difundir-se na Europa a partir de meados do século XVI, não tanto porque os ambientes portugueses sejam deliberadamente mais discretos, mas porque a China é bem mais coriácea do que o México indígena, magnificamente servido pelas cartas e pelas *De orbe novo Decadas* de Pietro Martire (1530), pelas cartas de relação de Cortés (publicadas a partir de 1522), pelas crônicas de Fernândez de Oviedo (1535) e de López de Gómara (1552), para nos limitarmos aos textos de maior circulação.

A resistência da China não explica tudo. Por muito tempo, a difusão dos materiais reunidos sobre o país pelos florentinos e pelos portugueses permaneceu essencialmente manuscrita. Pelo que sabemos, somente a carta do florentino Andrea Corsali é publicada em tempo recorde para a época: expedida de Cochim em janeiro de 1516, ela chega a Florença em outubro e sai das prensas de Stephano Carlo da Pavia em dezembro do mesmo ano.<sup>19</sup> Claro, a ausência de versões impressas não impede que o *Livro das curas* de Duarte Barbosa seja traduzido para o castelhano em 1524 sob os cuidados do embaixador de Gênova e do cartógrafo português Diogo Ribeiro, para o alemão em 1530, e de aparecer em 1539 em São Salvador do Congo.<sup>20</sup> Magalhães também detinha

uma cópia em português. A informação sobre a China se difunde sem alarde; dirige-se quase exclusivamente a especialistas que leem português e se apresenta sob uma forma pouco adequada a entusiasmar o público letrado do Renascimento.

Na segunda metade do século, tudo muda: a China emerge então em plena luz, enquanto o México já atingiu seu máximo de admiradores e de curiosos. Escritos pioneiros como a primeira carta de Giovanni da Empoli, a *Suma oriental* de Tomé Pires, embora numa versão amputada, ou o *Livro das cousas* de Duarte Barbosa terão portanto esperado 1550 para que Giovanni Battista Ramusio os publique na primeira edição de suas *Navegações e viagens*.<sup>21</sup> Mais tarde, à medida que o século avança, as reedições italianas se multiplicam: 1554, 1563, 1587-8, 1606 e 1613 no caso da *Suma oriental*; 1554, 1563, 1587-8, 1603 e 1613 no caso do *Livro das cousas*.<sup>22</sup> Do lado português, a terceira *Década* de João de Barros só sai em 1563, trazendo grande quantidade de informações sobre o que aconteceu na costa da China nos anos 1510. Mas a essa altura outras obras, desta vez exclusivamente consagradas à China, monopolizam a atenção dos ambientes letrados europeus.

#### CARTAS DA CHINA E DO MÉXICO

Os primeiros contatos entre a Europa, a China e o México são, portanto, contemporâneos, mas não provocam o mesmo “impacto midiático”. A epopeia dos conquistadores e o destino destróico do império asteca continuam a fascinar, ao passo que a descoberta da China dos Ming e o fracasso de Tomé Pires jamais interessaram muita gente. No entanto, as duas séries de eventos ainda exercem seu impacto sobre nosso mundo contemporâneo. Marco Polo não teve necessidade de conquistar a China nem da invenção da imprensa para deixar uma obra-prima, o *Livro do*

*milhão*, com garantia de permanência por séculos. Portanto, o fracasso ou o sucesso não bastam para explicar essa diferença de tratamento. Nem mesmo o extraordinário talento de escritor que se atribui ao futuro dono do México. A conquista do México encontraria seu Júlio César sob a pena de Hernán Cortés, que fixou a imagem triunfante desse acontecimento. Mas os portugueses deveriam contar com a de Tomé Pires, cuja *Suma oriental* prova que ele era igualmente capaz de retratar a singularidade das terras que visitava. O olhar de Pires vale o de Cortés, o que torna ainda mais lamentável o silêncio do primeiro. Pires não retornará vivo da China e, se por acaso tiver feito sair de seu calabouço em Cantão um manuscrito, este não chegou até nós. Seus companheiros de infortúnio, porém, redigiram cartas.

É portanto mediante cartas que se descobre a história dos primeiros contatos. Copiadas, comentadas, impressas, traduzidas, as de Hernán Cortés tornaram-se famosas a ponto de se alinhar entre as primeiras manifestações de uma literatura ocidental nascida no continente americano. Em contraposição, até hoje as missivas oriundas de Cantão e devidas a obscuros portugueses têm dificuldade para sair do mundo lusófono.

Em julho de 1519, em outubro de 1520, em maio de 1522, em outubro de 1524 e em setembro de 1526,<sup>23</sup> Cortés envia cinco “cartas de relação” a Carlos V que não somente circulam por toda a corte como têm a sorte de atrair rapidamente o interesse dos impressores europeus sobre os acontecimentos do México. Jacobo Cromberger publica a primeira carta já em novembro de 1522, ou seja, apenas três anos após o momento em que foi redigida. No ano seguinte, é a vez de um alemão radicado em Saragoça, Jorge Coci. Ele divulga uma segunda missiva, ilustrada com gravuras extraídas de uma edição das *Décadas* de Tito Livio, e lhe dá um título tão interminável quanto sensacionalista que exalta a grandeza das cidades, as riquezas do comércio, o esplendor de

Tenochtitlán e a potência de Moctezuma.<sup>24</sup> Em março de 1523, Jacobo Cromberger imprime a terceira carta em Sevilha. Em 1524 aparece uma tradução para o latim da segunda e da terceira cartas, desta vez em Nuremberg, devida a Pietro Savorgnani, que compara Cortés a Alexandre e a Aníbal. Nela se insere um documento de primeiríssima importância: um mapa de México-Tenochtitlán, provavelmente inspirado num esboço enviado por Cortés no início dos anos 1520. A imagem obtém tal sucesso que é reimpressa em Veneza no mesmo ano, mas desta vez com legendas em italiano. Desde essa época, a Alemanha acompanha os eventos mexicanos, repercutidos por três cartas impressas e pelo diário de Albrecht Dürer, que visita em Bruxelas uma exposição dos tesouros enviados por Cortés. Em 1525, a quarta carta sai das prensas sevilhanas de Cromberger, um ano após sua redação em México-Tenochtitlán. Edições e traduções se sucederão ao longo dos séculos.

Lembremos que o primeiro livro impresso a tratar do México se deve à pena do humanista Pietro Martire d'Anghiera, o *De nuper sub D. Carolo repetitis insulis*, que vem à luz na Basileia em 1521. A recepção dos objetos mexicanos na Espanha e a chegada de alguns índios ocasionaram apresentações cuidadosamente orquestradas que não deixaram de chamar a atenção dos diplomatas, como o humanista Gaspar Contarini, cuja correspondência informa o senado de Veneza sobre a conquista do México. E é ainda em Veneza, em 1528, que Tenochtitlán entra na lista das mais famosas ilhas do mundo, ao lado do Japão (Cipangu), graças a Benedetto Bordone e ao seu *Isolario*.<sup>25</sup> Inspirada na gravura de Nuremberg, a imagem da cidade sofre então retoques que acen-tuam sua semelhança com Veneza.<sup>26</sup> Ela se instala tão bem no imaginário dos venezianos que, com seu lago e seus canais, México-Tenochtitlán se torna um modelo de gestão das águas da lagoa para os humanistas da cidade da Basílica de São Marcos.<sup>27</sup> Nas

décadas seguintes, as informações se espalham como uma nuvem de poeira, alcançam o coração da Europa e alimentam a *Kosmografie Ceská* (1554), que evoca pela primeira vez em tcheco a possante cidade de Temixtitlán (Tenochtitlán).

Portanto, é com base no testemunho de Cortés que se construirá e se desconstruirá nossa visão europeia da conquista da América, porque nas cartas ele se revela um narrador excepcional e um cenógrafo sem par, assim como o vencedor de um império prestigioso. Seu testemunho não só é direto como também feito no calor dos acontecimentos. Cortés opõe a uma situação que lhe escapa uma decifração incessante, de efeitos sempre calculados. Jamais esquece a autoridade à qual se dirige, o imperador Carlos V. Sem dúvida existe uma defasagem recorrente entre o instante vivido e sua interpretação epistolar, mas essa defasagem é bem inferior à de outros testemunhos diretos sobre a conquista. É o caso, por exemplo, da *Relación breve de la conquista de Nueva España*, de frei Francisco de Aguilar (c. 1560), ou da *Historia verdadera de la conquista de Nueva España*, de Bernal Díaz del Castillo (1568): redigidas décadas após os fatos, essas histórias releem as peripécias da conquista à luz de informações coletadas bem mais tarde numa Nova Espanha que deve justificar tanto a dominação castelhana quanto o esmagamento da sociedade dos vencidos. Aguilar e Díaz del Castillo contam uma história cujas circunstâncias e cujo desenlace conhecem, ao passo que o Cortés das primeiras cartas avança às cegas. Essa diferença é capital para nós, pois permite reexaminar as intenções originais do empreendimento antes que este se apresente como a implantação inelutável da primeira colonização dos tempos modernos. Percebe-se então que o empreendimento de Pires e o de Cortés têm mais de um ponto em comum.

Do lado português, falta-nos, como dissemos, o testemunho daquele que se encontra à frente do empreendimento lusitano, e

que podemos considerar, guardadas as devidas proporções, o alitergo de Hernán Cortés. Não apenas Tomé Pires não deixou um documento escrito sobre a China, como as cartas que ele enviou de Nanjing a Jorge Botelho e a Diogo Calvo se perderam, privando-nos de uma descrição, sem dúvida excepcional, de seu encontro com Zhengde, o senhor do Império Celestial.<sup>28</sup>

As raras cartas portuguesas que escaparam ao desastre teriam sido redigidas por volta de 1524.<sup>29</sup> Seus autores são Cristovão Vieira, um dos membros da embaixada portuguesa, e Vasco Calvo, sem dúvida um comerciante, que só chega à costa chinesa em 1521. Esses dois observadores são dotados de um olhar tão agudo quanto o do conquistador de México-Tenochtitlán e, como veremos, de ambições da mesma índole. Tais cartas não tiveram a mesma posteridade historiográfica e só subsistem por cópias descobertas na Bibliothèque Nationale de Paris no início do século xx.<sup>30</sup> De modo geral, a história das relações da China com o Ocidente negligenciou essa pré-história portuguesa e deixou de lado essas fontes diretas.<sup>31</sup> Embora não tenham os talentos literários de um Hernán Cortés, nossos dois portugueses manifestam dons de penetração tão excepcionais quanto a situação que enfrentam, alternando avaliação global e senso agudo do detalhe, recuo panorâmico e experiência pessoal. Como no caso de Cortés, suas reações no calor dos acontecimentos iluminam o engate que se opera entre mundos que se ignoram, um momento privilegiado se quisermos compreender o impulso tomado pela globalização no alvorecer do século XVI.

Assim como do lado castelhano, do lado português existem testemunhos posteriores que os grandes cronistas da expansão portuguesa nos transmitiram. João de Barros em suas *Décadas da Ásia*, Fernão Lopez de Castanheda em sua *História dos descobrimentos e conquista da Índia pelos portugueses*, Gaspar da Cruz em seu *Tratado das coisas da China*, Fernão Mendes Pinto em sua *Pe-*

*reginação* proporcionam, como sua contrapartida aos castelhanos, complementos posteriores, preciosos, mas escritos sob uma óptica diferente daquela de Calvo e Vieira, uma vez abandonado todo projeto de conquista e de colonização do território chinês.<sup>32</sup>

#### O OLHAR DOS OUTROS

Cartas de Cortés e de portugueses só nos informam sobre a vertente europeia desses empreendimentos. Embora também registrem as reações dos adversários, isto é, dos índios e dos chineses, só retêm delas aquilo que captam e aquilo que interessa ou conforta a visão ibérica — um viés que não nos surpreende.

Teria o outro campo permanecido mudo, imobilizado no pavor ou na surpresa? Isso não é verdade nem quanto aos chineses nem quanto aos mexicanos, mas é a expedição castelhana que deixa as marcas mais profundas, à altura do cataclismo provocado. Será preciso esperar o século XIX para que textos indígenas venham assumir seu lugar ao lado das fontes espanholas e acabem por formar aquilo que Miguel León-Portilla chamará, com uma frase que se celebrou, a “visão dos vencidos”.<sup>33</sup> Frequentemente pungentes, esses textos contribuíram, especialmente na segunda metade do século XX, para reativar o interesse pela conquista do México e inspirar trabalhos que buscavam restituir o ponto de vista dos indígenas.

Do lado mexicano existe um conjunto de escritos de autoria de índios ou de mestiços, dominados por uma história da conquista ilustrada e redigida em náuatle em meados do século XVI, ou seja, mais de uma geração após os acontecimentos.<sup>34</sup> Ela deve sua existência ao trabalho de compilação realizado pelo franciscano Bernardino de Sahagún no âmbito de sua *História geral das coisas da Nova Espanha*.<sup>35</sup>

Os dados chineses que utilizamos provêm de histórias dinásticas, de crônicas provinciais e de biografias de grandes personagens.<sup>36</sup> Eles são difíceis de destrinçar, mesmo para o imenso sintólogo que foi Paul Pelliot. O que reter de suas minuciosas pesquisas nas quais abundam perspectivas cujo teor muitas vezes é desconcertante? As fontes chinesas que seguem mais de perto os eventos apresentam a versão das administrações de Beijing e de Cantão. Isso explica o fato de que elas podem desmentir em parte as declarações portuguesas. Mas, cerca de dez anos mais tarde, novas informações, frequentemente contraditórias, geram perplexidade. Parece que, com o tempo e a erosão das memórias, as fontes chinesas confundiram o embaixador dos portugueses, Tomé Pires, com um embaixador muçulmano que atendia pelo nome de Khôjja Asan. Sem dúvida, ambos tinham a ver com Malaca, mas o primeiro vinha da cidade conquistada pelos portugueses, ao passo que o segundo, de acordo com Paul Pelliot, era o enviado das antigas autoridades do lugar.

Também para nossa confusão, o *Mingshi* (ou *Ming-che*) evoca um misterioso Houo-tchô Ya-san, do qual não se sabe muito bem se designa nosso Tomé Pires ou um intérprete chinês da embaixada portuguesa, ou ainda um dos muçulmanos que acompanhavam a missão portuguesa. Seja como for, esse homem que foi executado em Beijing em 1521 não poderia ser Tomé Pires, o *kiapi-tan-mo* das fontes chinesas, morto alguns anos mais tarde. Talvez fosse um muçulmano de origem malaia,<sup>37</sup> que conhecia o chinês e a língua dos bárbaros, segundo o *Ming-chan tsang*. Outras fontes ainda, porém, alegam que certo Khôjja Asan foi executado em 1529 em Cantão e associam esse Asan aos portugueses: sob tortura, o homem talvez tenha confessado que não passava de um falso embaixador, ou mesmo que era um chinês a serviço dos portugueses.<sup>38</sup> Algumas décadas mais tarde, para confundir ainda mais as coisas, Khôjja Asan nos é apresentado como o embaixa-

dor dos portugueses e o cúmplice dos excessos cometidos por um muçulmano da Ásia central particularmente bem situado na corte, Sayrd Husain.<sup>39</sup>

Como explicar essa valsa das identidades? Em parte isso acontece porque os chineses não têm a menor ideia de quem são realmente os portugueses. Se esse Khôjja Asan foi tomado pelo embaixador português ou por um chinês a serviço dos portugueses, é provavelmente porque se supunha que os novos senhores de Malaca vinham de um reino asiático ou muçulmano situado a sudoeste do oceano, em algum ponto ao sul de Java ou a noroeste de Sumatra.<sup>40</sup> A singularidade absoluta de seus visitantes lhes escapa. O mesmo se deu com os antigos mexicanos, que tomaram seus hóspedes pelos habitantes de um *altepetl* misterioso, de uma senhoria desconhecida, *Castilian*, mas, em última análise, de um *altepetl* semelhante aos deles.

#### A ILUSÃO RETROSPECTIVA

As fontes são, como sempre, lacunares e enviesadas. Mas há outro obstáculo que também será necessário tentar transpor: o de uma história teleológica, pois sempre se tende a deformar o que se passou entre os ibéricos, a China e o México a partir de 1517, reduzindo os eventos à sua continuação conhecida e projetando sobre esse momento particular as interpretações ou os silêncios que chineses, portugueses, espanhóis e mexicanos se apressaram a produzir *a posteriori* para tornar ao mesmo tempo compreensível e aceitável um passado problemático naquilo que encerrava de imprevisto, de inaudito e, para alguns, de intolerável. Não existe fato histórico bruto, tampouco cultura pura ou narrativa original. Mas pode-se tentar encontrar, sob a camada das certezas, dos clichês e dos não ditos acumulados pela história, o que a penetra-

ção desses alienígenas na China e no México representou, ao menos para a parte europeia.

Um risco nos esprieta: o de substituir as diferentes histórias que se confrontam por um relato unitário, que venha superpor sua verdade aos materiais sempre lacônicos que podemos enxumar. Nesse caso, a história global não seria mais do que uma nova manifestação da história ocidental. Pode-se também considerar, e é nossa opinião, que se trata apenas de outra abordagem, de um esclarecimento a mais, que se limita a produzir um passado questionável hoje. O historiador é um incansável restaurador que já mais esquece que o objeto por ele restaurado — a Idade Média, o Renascimento, a descoberta do Novo Mundo... — não tem nada de um original, mas sim é o fruto de construções anteriores, de arranjos realizados *a posteriori*, a serem refeitos incessantemente.

Aproximar a costa mexicana do mar da China é também atenuar nosso inextinguível eurocentrismo e fazer surgir novas questões. Trata-se de religar os cabos que as historiografias nacionais arrancaram e submeter os elementos assim reunidos a uma leitura global que os faça dialogar entre si, e não mais somente com a Europa. É variando os focos, e não mais invertendo os pontos de vista como no tempo já longínquo da “visão dos vencidos”,<sup>41</sup> que podemos esperar chegar a uma história que faça sentido em nossa época. Tomadas essas precauções, vejamos o que uma leitura global das visitas ibéricas nos reserva.

## 6. Embaixadas ou conquistas?

Não é Cortés quem descobre o México. Sua expedição foi precedida, e portanto involuntariamente preparada, por duas “tomadas de contato” montadas a partir de Cuba. Conquistada em 1511

— o ano em que os portugueses se aposam de Malaca —, a ilha se tornará a base antilhana de uma série de incursões e de expedições de reconhecimento. Mas é somente *a posteriori* que aparecerá como um trampolim rumo ao México. Malaca, ao contrário, plataforma giratória do comércio no Sudeste Asiático, não esperou a chegada dos portugueses à região para ser a porta da China. Os portugueses encontram, nessa cidade de mais de 100 mil habitantes,<sup>1</sup> comerciantes asiáticos de todos os pontos, uma ativa diáspora chinesa e uma soma de informações comerciais e políticas sobre essa parte do mundo. Eles sabem que as Molucas e a China estão ao seu alcance, e sua presença militar — a tomada de Malaca foi de uma rara violência — modifica o jogo em toda a região.

Em Cuba, as coisas são diferentes. Ali, as pessoas estão fechadas na própria comunidade e bem cedo se veem girando em círculos. Após a execução do cacique Huathey, queimado vivo em

1512, a resistência indígena parou de ameaçar a presença espanhola, e os colonos não demoram a se sentir num espaço limitado, numa terra superexplorada. Não pensam senão em encontrar um exatório viável para o maior número.<sup>2</sup> O clima de fuga para diante, que logo se apodera da ilha, alimenta-se de esperanças que o povo projeta sobre a terra firme, onde não ignora que em algum lugar, mais ao sul, outros espanhóis estão explorando a Castela de Ouro.

#### IMPROVISAÇÕES E TRAPALHADAS

A primeira expedição espanhola deixa Cuba em fevereiro de 1517, por iniciativa de um grupo de colonos que buscam fazer outra coisa que não caçar escravos nas ilhas dos arredores. Eles têm em mente “*ir descobrir terras novas*.”<sup>3</sup> O empreendimento é colocado sob a direção de Francisco Fernández de Córdoba. Reúne três navios, três pilotos, entre os quais Antón de Alaminos, um padre e, nunca se sabe, um inspetor ou *veedor*, oficialmente encarregado de coletar o quinto do rei sobre as riquezas, “ouro, prata ou pérolas”, que se poderiam descobrir. O que ainda não passava de uma intuição não demora a tornar-se uma certeza. Os equipamentos são mesquinhos, “nossa frota se compunha de pobres”, não há cabos suficientes para as enxárcias nem barricadas suficientemente estanques para as provisões de água.

Todo esse mundinho parte ao acaso, ao sabor dos ventos, “na direção do pôr do sol, sem conhecer os ambientes nem os ventos nem as correntes dominantes naquela latitude.” À diferença dos portugueses, os navegadores espanhóis circulam por mares que lhes são desconhecidos, sem a ajuda de pilotos locais, que não faltam nas águas do oceano Índico e do mar da China. Com riscos incommensuravelmente mais elevados. No ativo dessa primeira ex-

pedição, a descoberta do Incatã, os primeiros contatos com os índios, que vivem em aglomerações e que se vestem corretamente — os das ilhas andavam nus —, a captura de dois nativos destinados a servir de intérpretes, “ambos eram vessos”. No passivo, escaramuças que por toda parte acabam mal para os espanhóis — estes perdem cinquenta de seus homens em Pontonchan,<sup>4</sup> ou seja, metade da tropa —, o medo, a fuga para os navios: “Deus quis que saíssemos vivos, com muita dificuldade, das mãos dessas pessoas”.

Expedição atamancada, incursão com poucos meios, fracasso em toda a linha: para um ensaio, um verdadeiro desastre. Quase um pesadelo, que contradiz a imagem que por muito tempo se fez dos índios do México, supostamente paralisados pela estranheza e pelas armas de seus visitantes. A obstinada resistência deles só se iguala à sua capacidade de difundir a notícia e de soar o alarme pela costa. Não por acaso, os espanhóis são acolhidos em Campeche, sua segunda etapa, aos gritos de “*Castilani! Castilani!*”<sup>5</sup> como se já se tivesse ouvido falar bastante deles. Seja como for, o episódio se situa nos antipodas de uma descoberta e de uma conquista cuidadosamente orquestradas. É muito mais um velho-ocente disparatado — no qual os brancos são esmagados — do que uma Europa engolindo a América.

Consciente da importância da aposta, o governador de Cuba assume o controle da coisa e, em 1518, despacha uma nova frota, agora com quatro navios. Juan de Grijalva e seus 240 homens recebem a missão de “obter o ouro e a prata que puderem”, mas também de “povoar”, se houver oportunidade. E, no lugar onde mais tarde será fundada Veracruz, Grijalva proclama em alto e bom som que de fato pretende “povoar”, isto é, colonizar a região. A Coroa teria dado autorização para tal? Nada é menos certo. Em todo caso, ele retorna a Cuba sem fazer nada disso. A expedição é um sucesso mediano. Ou os índios evitam o contato, ou são brutalmente repelidos a golpes de espada, tiros de falcnete e

bastonadas. Quando se esboça um contato, a troca se revela decepcionante: às exigências espanholas, as populações do rio Tabaasco opõem uma recusa categórica. “Eles têm um senhor, e eis que nós chegamos e que, sem conhecê-los, já queremos lhes impor um; mais vale que os observemos duas vezes antes de lhes fazer a guerra”, é a mensagem que os castelhanos acreditam dividir por trás da antipatia indígena.

A comunicação fez progressos em relação ao ano anterior, mas ninguém pode adivinhar a que coisa aludem esses índios que repetem a torto e a direito “Culua, Culua” e “México”, apontando a direção do poente. Não se trata nem um pouco, é claro, da conquista de um imenso país sobre o qual nossos novos conquistadores não fazem a menor ideia. Eles ignoram particularmente que Moctezuma espia todos os seus passos desde a primeira expedição, e que instruiu seus governadores da costa a fazer trocas com os recém-chegados a fim de descobrir quem são e quais são suas intenções?

Esse segundo episódio deixará um punhado de imagens fortes, como aquelas dezenas de grandes estandartes brancos agitados pelos índios nas margens do rio de Banderas — o rio das Bandeiras — para chamar a atenção dos visitantes, a quem interpelam aos gritos, ou aqueles escudos recobertos de placas de casco de tartaruga que cintilam ao sol, na praia, e que os soldados acreditam ser de ouro. Outra decepção quando descobrem, mais tarde, que os seiscentos machados levados para Cuba, também considerados de ouro, não passam de instrumentos de vil cobre. A expedição afunda no ridículo.

À falta de meios e de homens em número suficiente, os conquistadores são obrigados a retornar a Cuba. Em Champotón, no atual estado de Campeche, encorajados por sua vitória no ano anterior, “altivos e orgulhosos [...] e bem armados à sua maneira”, os índios haviam se lançado sobre os espanhóis. Os assaltantes

acabam por recuar, mas se recusam a tratar com os invasores. O cronista Diaz del Castillo lança essa má vontade à conta dos dois tradutores indígenas: “Eles não devem ter dito o que lhes foi ordenado, mas totalmente o contrário”.<sup>8</sup> Algum tempo mais tarde, os portugueses da China conhecerão os mesmos dissabores, que lembram o quanto os ibéricos estão à mercê de seus intérpretes.

#### GRANDE DESÍGNIO LISBOETA E INTRIGAS CARIBENHAS

A priori, tudo opõe o empreendimento português aos dos castelhanos. Para começar, a origem da iniciativa. A penetração portuguesa na China é uma operação concebida nas altas esferas do Estado e de Lisboa. O novo governador da Índia, Lopo Soares de Albergaria, quando desembarca em Cochim em setembro de 1515, está acompanhado de Fernão Peres de Andrade, que o rei d. Manuel resolveu enviar como capitão-mor de uma frota encarregada de “descobrir a China”.<sup>9</sup> Conta-se com Peres de Andrade para escolher em sua roda um embaixador que fará contato oficialmente com as autoridades chinesas.

Mas Manuel, o Venturoso, não tem em mente apenas uma operação diplomática? Poderosos interesses econômicos e estratégicos levam o rei a interessar-se por essa região do mundo. A Coroa pretende implantar um dispositivo comercial para assumir o controle do comércio de pimenta-do-reino entre as Molucas, Sumatra e o Império Celestial.<sup>10</sup> Ao mesmo tempo, precisa prevenir-se contra a ameaça de uma ingerência castelhana. A isso se acrescenta em segundo plano o sonho de Manuel de apoderar-se de Jerusalém e de exercer uma responsabilidade imperial sobre o mundo.<sup>11</sup> “[O rei] contava [...] ser declarado suserano do maior número possível de soberanos na Ásia.”<sup>12</sup> É por todas essas razões que a diplomacia manuelina se interessa pela Etiópia cristã, a qual

deveria fornecer um precioso aliado contra os mouros do Egito e participar da grande ofensiva que o soberano deseja lançar contra os muculmanos. Em paragens tão distantes quanto Ternate, a leste da Indonésia, Kilwa, na costa africana, ou Chauk, na Índia, os nativos se veem obrigados a pagar tributo ao rei de Portugal.

Estender a suserania portuguesa a locais tão longínquos como a China tem a ver, portanto, com a concepção manuelina da realza portuguesa, e tais ambições combinam com a ideia de que os lucros do comércio com essa parte do mundo contribuirão para consolidar o jovem Estado da Índia e para financiar a rota do cabo da Boa Esperança. Esse sonho de suserania universal — mencionado por Valentim Fernandes em sua tradução de Marco Polo —, embora não implique a conquista militar da Ásia, não exclui lançar as bases de um império marítimo, e foi a isso que se consagrou o governador Afonso de Albuquerque ao tomar o arquipélago de Socotra (1506), Ormuz (1507), Goa (1510) e Malaca (1511). Ainda que, mesmo em Portugal, essa política de expansão imperialista enfrente a oposição de uma parte da nobreza e dos ambientes comerciais, que não toleram essas intervenções da Coroa.

In loco, em Goa e em Malaca, a expedição à China é uma operação bem organizada. Quando o responsável pela expedição, o capitão-mor Fernão Peres de Andrade, 26 anos, recruta um embaixador, é Tomé Pires que ele designa. Não se poderia encontrar melhor especialista em Extremo Oriente. Nascido por volta de 1468, filho de um boticário do rei João II, ele mesmo boticário de um príncipe da família real, em abril de 1511 Pires havia deixado Portugal rumo à Índia, a fim de ocupar as funções de “feitor das drogarias”, encarregado da aquisição das especiarias para a Coroa. Ele desembarca na Índia em setembro e, oito ou nove meses mais tarde, é enviado para organizar as contas do rei em Malaca, aonde chega em julho de 1512. É ali, quase de imediato, que suas competências e a morte oportuna do feitor do rei lhe valem a

obtenção dos cargos de “escrivão da feitoria, contador e vedor das drogas”.<sup>14</sup> Durante sua estada, no ano de 1513, ele efetua uma grande viagem a Java, de onde volta com uma carga de 1200 quintais de cravos-da-índia. Suas ocupações múltiplas, interrompidas durante alguns meses por febres malignas, ainda assim lhe permitem recolher informações excepcionais sobre toda a Ásia portuguesa. No final de janeiro de 1515, ele abandona Malaca após haver praticamente concluído a grande obra de sua vida, a *Suma oriental*, que durante pelo menos um século permanecerá como um insubstituível compêndio de geografia econômica sobre a região.

Mas não se deve esquecer a dimensão comercial dessa obra, que encerra noções geopolíticas e etnográficas nas quais se expressa a acuidade do olhar de Pires. Ele está sempre atento às práticas locais. Suas estadas em Cochim, em Cannanore e em Malaca puseram-no em contato com todos os tipos de mercados asiáticos e o familiarizaram com um espantoso léxico de idiomas, de costumes, de crenças e de culturas. Trata-se, portanto, de um dos melhores especialistas em questões asiáticas, e as autoridades locais não se enganaram a respeito. Sua curiosidade, sua sagacidade, seu conhecimento da região e das especiarias, seu olhar econômico, tudo isso faz dele um candidato ideal para chefiar a embaixada de d. Manuel na China, onde encontrará todos os obstáculos que uma sociedade que se sente agredida pode apresentar a europeus.

Na verdade, Pires tinha voltado à Índia na intenção de retornar a Lisboa com a considerável fortuna que havia acumulado, mas sua reputação e suas boas relações com Peres de Andrade incitam o novo governador, Lopo Soares de Albergaria, a reenviá-lo a Malaca em companhia do capitão-mor. Portanto, não se pode imaginar um empreendimento mais preparado do que esse, com o que Portugal contava de melhor em meios e em inteligência.

Embora seja concebida em Lisboa, a viagem é confiada a homens que sabem explorar os recursos humanos de que dispõem localmente. Nada é perfeito, contudo. O desenrolar das operações esbarra em imponderáveis. Com uma primeira partida falhada: em fevereiro de 1516, a frota de Peres de Andrade e de Pires encontra em Sumatra o navio de um italiano, Giovanni da Empoli, carregado de pimenta-do-reino para a China, mas a preciosa carga arde junto com a embarcação. A expedição retorna então a Malaca, que ela deixa novamente em agosto de 1516; apesar da chegada da monção e contra a opinião de Peres de Andrade. O mau tempo, como o capitão havia previsto, obriga-a a voltar ao seu porto de origem. Apesar desses contratempos, em junho de 1517 a grande expedição portuguesa parte para a China, onde acosta em 15 de agosto.

Pires é de origem plebeia. Sua família tem ligações com a corte, mas ele não é uma figura de primeiro plano. Não deixa de lembrar aquele *hidalgo* de Medelín, que em Cuba possui índios no regime de *encomienda* e que se chama Hernán Cortés. Nossos dois personagens saíram da península ibérica com a esperança de fazer fortuna. Nem um nem outro é indivíduo isolado: Cortés faz parte da roda do governador de Cuba, Diego Velázquez, padrinho de seu casamento com Catalina Suárez, assim como Pires se vangloria de ser “amigo” do capitão-mor Peres de Andrade. Mas a semelhança se detém aí. Pires, 52 anos, é um agente comercial, um especialista em assuntos da Ásia e o braço avançado do poder régio, ao passo que nosso espanhol, 32 anos, com estudos de direito, só tem a seu favor o conhecimento das leis e alguns amigos ricos, mas nenhuma experiência prévia, nenhum ou pouco dinheiro a investir, e suas relações com o potentado insular que o envia para descobrir “aquelas ricas paragens”<sup>15</sup> são, para dizer o mínimo, passavelmente instáveis. Em contraposição, nem em um nem em outro encontram-se sinais de um projeto pessoal madu-

ramente refletido: Cortés, aparentemente, não se interessou pelas duas primeiras expedições ao México (1517-8) e Pires estava prestes a retornar à Europa quando lhe propuseram a China.<sup>16</sup> A expansão europeia, e com ela a globalização ibérica, é tanto um assunto de destinos individuais quanto de política em grande escala. Uma questão de improvisação, mais do que uma máquina bem lubrificada, de objetivos programados.

#### A ÁSIA DAS ESPECIALARIAS, MAS NÃO O NOVO MUNDO

Quanto mais d. Manuel alimenta sonhos de cruzada e de Ásia — a tomada de Meca e a recuperação de Jerusalém parecem óbcecá-lo —,<sup>17</sup> mais dores de cabeça tem a Coroa de Castela, em 1517. Fernando, o Católico, faleceu em 1516. O jovem Carlos que lhe sucede, o futuro Carlos V, assume a regência de sua mãe Joana, a Louca. Em setembro de 1517, ele tem apenas dezessete anos, quando desembarca nas Astúrias para tomar posse de seu reino, mas já em maio de 1520 se afasta de uma Espanha à beira da explosão para ocupar-se dos assuntos da Alemanha e tornar-se rei dos romanos em Aix-la-Chapelle. Só retornará a Castela em julho de 1522.<sup>18</sup> O ultramar, portanto, é a última de suas preocupações. E mais: a conquistista do México por Cortés — em 1521 — se desenrola quando o imperador está retido no norte da Europa pela irrupção do luteranismo. Se Carlos pensa em Tordesilhas, é menos por causa do tratado de partilha do mundo que traz esse nome do que por ficar ali o castelo onde está enclausurada sua mãe, Joana, a Louca, a qual enquanto viver deve dividir o trono com ele. Se ele pensa em Portugal, é porque decidiu obrigar sua irmã mais velha, Leonor da Áustria, vinte anos, a desposar seu tio, o rei d. Manuel. O futuro imperador não se importa com o ultramar? Não exatamente. Mas convém lembrar que Carlos V não é homem de

aumentar suas possessões mediante conquistas. Essa ideia lhe é absolutamente estranha. O herdeiro dos duques de Borgonha, o jovem rei de Castela e Aragão, o futuro imperador do Sacro Império Romano-Germânico coleciona as heranças que lhe cabem e reivindica em alto e bom som as que lhe são recusadas, no caso o ducado de Borgonha. A lógica imperialista de Carlos é essencialmente uma lógica de recuperação patrimonial: "Seria um erro acreditar que no início houve uma ideia imperialista de conquista. Não, esse poder tinha nascido da menos agressiva de todas as noções, a do direito de família."<sup>19</sup> A isso se acrescentam dificuldades "internas" — a alergia de Castela aos flamengos da roda do jovem príncipe, a revolta na Alemanha do monge Martinho Lutero — e grandes problemas europeus, entre os quais a guerra com a França e a questão do Milhanês. O sonho imperial de dominação universal só tomará impulso alguns anos mais tarde.

Na verdade, a partilha decidida em Tordesilhas não é inteiramente alheia ao pensamento de Carlos v. Não esqueçamos que o príncipe recebe Magalhães, no final de fevereiro ou no início de março de 1518 — é em abril que Grijalva, à frente da segunda expedição, singra rumo ao México —, e que aceita o projeto dele de descobrir "ilhas, terra firme e preciosas especiarias", quer entrando a passagem pelo oeste, quer percorrendo a rota portuguesa pelo cabo da Boa Esperança. Insensível às recriminações do embaixador de Lisboa, Carlos concede todas as facilidades para a preparação da expedição, que parte em setembro de 1519.<sup>20</sup> Qualquer conquistista está excluída de antemão. A ordem dada é a de estabelecer boas relações com os nativos e, sobretudo, não travar guerra contra eles.

Para o rei Carlos, Magalhães é antes de tudo um conhecedor das coisas da Ásia, um navegador experiente e ao mesmo tempo um especialista ao estilo de Tomé Pires. Afinal, Magalhães se encontrava em Malaca entre 1511 e 1512. Ele participou da tomada

da cidade. E só a deixará em 11 de janeiro de 1513.<sup>21</sup> Provavelmente conheceu Pires, que residia ali desde julho do ano anterior. Fosse como fosse, beneficiou-se das informações recolhidas por um de seus amigos, talvez até seu primo, Francisco Serrão. Este foi o primeiro português a atingir as Molucas, onde decidiu permanecer, tendo-se tornado depois conselheiro do sultão de Ternate. Serrão, que se correspondeu com Magalhães e sabia tudo sobre as Molucas, forçosamente é também o informante de Pires para a *Suma oriental* do último. O fato de Serrão ter escrito a Magalhães — e, portanto, enviado mensagens de uma extremidade do mundo (a ilha de Ternate) a outra (Castela) — leva-nos até a perguntar se o amigo de sempre não teria também succumbido às sercias castelhanas, como alegaram os portugueses. Dois amigos separados por milhares de quilômetros têm nas mãos os projetos de duas monarquias europeias envolvidas na mesma corrida rumo à outra face do globo. Magalhães, Serrão, Pires: essa primeira conexão revela o quanto a globalização ibérica já zomba do tempo e das distâncias.

Através do trânsito português, o olho do imperador avista as Molucas distantes e a imensa riqueza inexplorada das especiarias. A Ásia em vez do Novo Mundo: na Espanha, Carlos e todos os que investiram no negócio esperam com impaciência os resultados da operação, ao passo que no mesmo momento, mais perto deles, a conquistista do México está se iniciando. Quando Magalhães perece diante de Cebu, em abril de 1521, Cortés está inteiramente voltado para a preparação do assédio a México-Tenochtitlán. A capital mexicana cairá em agosto, três meses antes de os sobreviventes da expedição de Magalhães atingirem as ilhas das especiarias e Tidore.

Ao contrário do empreendimento de Pires, totalmente oficial, a expedição de Hernán Cortés não se inscreve nos horizontes e muito menos nas prioridades do jovem príncipe e de seus con-

selheiros. Impossível encontrar nela a expressão de um projeto imperial relativo ao Novo Mundo. Quando, em 1519, começa a terceira expedição, o futuro artífice da conquista, Hernán Cortés, é apenas o homem de confiança do governador de Cuba, que por sua vez é devoto servidor de Juan Rodríguez de Fonseca, bispo de Burgos, setenta anos, que de Castela controla a cena antilhana. Primeira surpresa. Seria de esperar que o episódio mexicano não tivesse nada a ver com os eventos na China, mas a diferença não está onde supúnhamos encontrá-la, pois o paradoxo quer que seja a Ásia das especiarias e da China, e não o México, o alvo deliberrado, proclamado e cobijado pelos empreendimentos ibéricos. De lá para cá, porém, o descobrimento e a conquista do Novo Mundo açambarcaram a tal ponto a memória que foi esquecido o fato de que as potências ibéricas dirigiam então suas energias para uma parte do globo totalmente oposta.

Com raras exceções, os livros de história de cada lado do Atlântico, a historiografia europeia, mexicana e latino-americana continuam apresentando o empreendimento de Hernán Cortés como uma conquista programada do império asteca, inscrita nos genes dos conquistadores e nos da Europa moderna. Ilusão retrospectiva, como tantas daquelas que o historiador encontra ou semeia em seu caminho. É somente por etapas sucessivas, e sobretudo porque dará certo, para além de todas as esperanças, que a louca aventura acabará adquirindo a significação que Cortés deliberrou lhe dar, com a ajuda de seus companheiros e, mais tarde, de seus cronistas. Quanto ao episódio de Tomé Pires, é o fiasco ao qual ele conduz que o reduzirá às proporções de uma farsa diplomática ou de um não acontecimento.

De ambos os lados, os agentes ibéricos são treinados nos assuntos da Ásia e das Antilhas, portadores de uma expansão vigorosa que se comprovou ao longo de mais de vinte anos, tanto na Ásia quanto no Caribe, embora o adversário ameríndio se reve-

lasse menos coriáceo do que o asiático muçulmano, que deve ser enfrentado na terra e no mar. Os conquistadores não são exclusivamente os castelhanos. O português Peres de Andrade, que devia conduzir a embaixada a Cantão, participou do ataque a Kilivá<sup>22</sup> (1505), da vitória em Calicut (1506), do assalto movido contra Patane (1507), da batalha de Diu<sup>23</sup> (1509). Tais episódios nos lembram de que a expansão portuguesa, nessa parte do mundo e nessa época, possui uma forte dimensão conquistadora e militar que culmina com a tomada de Malaca em 1511. É com dezoto navios e 1200 homens que o vice-rei das Índias, Afonso de Albuquerque, se apodera da praça malaia.

Se compararmos essa progressão na Ásia com a exploração e a ocupação do Caribe, a bandeira da conquista fica incontestavelmente nas mãos dos portugueses. Os espanhóis sabem disso, pois devem se contentar em escutar as proezas de seus vizinhos ibéricos ou com lê-las nas páginas publicadas em 1512, em Salamanca, por Martín Fernández de Figueroa. Quando se fala de conquista das Índias, é para o Oriente que convém se voltar, como apregoa o título de sua obra: *Conquista de las Indias de Persia e Arabia*. Nela, o leitor castelhana fica sabendo tudo sobre as “4 mil léguas descobertas e conquistadas” pelos homens de d. Manuel, assim como sobre “as batalhas que sua frota tornou insignes e imortais à custa de combates encarniçados.”<sup>24</sup>

#### DESEMBARQUE PORTUGUÊS NA COSTA DA CHINA

É, portanto, em junho de 1517 que a embaixada de d. Manuel deixa Malaca e toma o rumo da China. Segundo as fontes chinesas, “no décimo segundo ano [1517]” ou “no décimo terceiro ano [1518], [os portugueses] enviaram uma embaixada.”<sup>25</sup> E é várias semanas mais tarde, em 15 de agosto de 1517, que Fernão

Peres de Andrade aborda a ilha da Veniaga, identificada como Ta-mão em português e Tunmen em chinês, e situada entre a foz do rio das Pérolas e o rio Xi.<sup>26</sup> Esse lugar servia habitualmente de etapa aos comerciantes estrangeiros que chegavam à costa chinesa. Em 1513, ao que parece, um primeiro português, Jorge Alvarez, havia acostado em Tunmen para fazer comércio e erigir uma estela ou padrão, o sinal da implantação portuguesa.

É ali que os recém-chegados começam a construir cabanas e paliçadas, com a intenção de instalar-se para ficar. Impacientes por ir até Cantão, alguns deles decidem ignorar as autoridades chinesas da costa, as quais lhes haviam pedido que esperassem sua autorização para subir o rio das Pérolas. Passando adiante, velejam até Cantão, onde não acham nada melhor para fazer do que lançar várias salvas de canhão que aterrorizam a população, pouco familiarizada com essas manifestações ruidosas e intempestivas. Nunca, segundo os chineses, haviam chegado navios tão diretamente ao seio da cidade. Os navios lançam âncora e o grupo é recebido na “estação postal”, espécie de hotel para a recepção e o alojamento das missões estrangeiras.<sup>27</sup> O estabelecimento ficava no cais dos Mexilhões, no sudoeste da cidade, e, portanto, fora das muralhas, à beira do rio. Os portugueses serão confinados ali sem, no entanto, estar verdadeiramente presos, visto que se aproveitavam da confusão ocasionada pela Festa das Lanternas, em 24 de fevereiro de 1518, para fazer um tour pelas muralhas da cidade.<sup>28</sup> Um modo de desenferrijar as pernas, de satisfazer sua imensa curiosidade e de coletar informações de ordem militar em outras palavras, de fazer um pouco de espionagem.

Chamados à ordem e aos bons usos, os portugueses solicitam que lhes seja explicada a maneira pela qual devem se comportar diante do vice-rei da província, Tch'en Kin. Segundo uma fonte chinesa, este último teria pedido que eles fossem iniciados nos ritos do protocolo no santuário de Guangxiao, ao mesmo

tempo que expedia um relatório ao imperador para saber qual conduta adotar com os estrangeiros dali em diante. O Guangxiao seria a mesquita de Cantão, um venerável santuário fundado no século VII, sinal de que as autoridades chinesas teriam tomado por muçulmanos os visitantes: “Os que têm narizes pontudos e olheiras se assemelham muito a muçulmanos”.<sup>29</sup> Segundo outras interpretações, o local seria o grande templo budista de Cantão. O que faria dos europeus não monoteístas, mas membros de uma seita do budismo, adoradora de imagens. Além disso, informa-se que os portugueses teriam gostado de “ler os livros búdicos”. Ao longo dessa fase, os enviados aprendem a fazer a genuflexão e a bater a cabeça contra o solo. Enquanto isso, as autoridades elaboram o inventário dos produtos que eles introduzem: ramificações de coral, cânfora de Bornéu, couraças douradas, sedas grosseiras vermelhas, prismas de vidro, uma espada de três gumes, um fâção em ferro flexível e muito afiado.

A missão inclui então cerca de 24 pessoas: além de Tomé Pires, seis portugueses, entre os quais três domésticos, doze servos originários do oceano Índico e cinco intérpretes, *juragabas* — o termo é de origem malaia — ou *lingoas*. A resposta de Beijing demora. Os portugueses esperam. Finalmente, chega a reação da corte. Ao que parece, ela teria assumido a forma de um decreto imperial que estipula mandar embora os visitantes depois de pagar-lhes o valor de suas mercadorias.<sup>30</sup> Mas essa rejeição não desanima os membros da embaixada.

Enquanto isso, os portugueses que ficaram em Tunmen, instalados em terra, em acampamentos, ou vivendo em seus navios ancorados, dão o que falar, por seus usos e seus hábitos de traficantes de escravos. Correm boatos entre os camponeses e os pescadores dos arredores. Os estrangeiros são acusados de capturar crianças para comê-las. “Várias vezes, arrebataram crianças de menos de dez anos e as comeram assadas. Pagavam cem moedas

de ouro por uma, e os jovens canalhas se aproveitavam para fazer esse tráfico [com eles].<sup>31</sup> Voltaremos ao assunto.

As autoridades celestiais têm outros motivos para inquietar-se com a instalação dos europeus. O rei d. Manuel deseja eliminar a concorrência asiática no mercado chinês. Para isso, Lisboa pretende abrir uma rota marítima, de início entre Cochim e Cantão, e depois entre Pazem e o porto chinês. A cada vez, é necessário providenciar a construção de uma fortaleza na costa da China. Somente uma forte implantação na orla do império parece capaz de firmar a presença portuguesa na região. Tudo isso, evidentemente, deve ser feito sem consultar as autoridades chinesas, e dentro da ideia de reproduzir em solo chinês experiências já conduzidas alhures, na Ásia ou na África. A intenção de criar uma base militar, apoiada em veteranos das conquistas e dos campos de batalha portugueses (Azamor no Marrocos, Ormuz, Goa, Malaca), e dali fazer partir expedições de descoberta em navios construídos nos próprios locais, não deixa de lembrar a maneira pela qual, na mesma época, os castelhanos avançam pelas Antilhas e pelo golfo do México.

#### DESEMBARQUE ESPANHOL NA COSTA DO MÉXICO

Cortés também precisa de uma base no litoral do México. Ele a instala na baía de San Juan de Ulúa, não longe da localização do futuro porto de Veracruz. Aliás, é o termo fortaleza que ele emprega para designar sua fundação.<sup>32</sup> A baía tem uma triste fama, porque os espanhóis da segunda expedição encontraram ali uma ilha, batizada como “ilha dos Sacrificios”, onde descobriam vítimas ensanguentadas: “Dois meninos com o peito aberto, e seus corações e seu sangue dados em oferenda àquele maldito ídolo”. O espetáculo é consternador: “Deu-nos muita pena encon-

trar mortos esses dois meninos e ver tal crueldade”. Em contraposição, no estuário do rio das Pérolas, a ilha que os portugueses abordaram e onde se estabeleceram como se estivessem em casa, é há muito tempo uma escala comercial, e daí vem seu nome, Veniaga, que significa “comércio” em malaio. Evidentemente, chineses e mexicanos não têm a mesma relação com o alto-mar. Mas a origem dos sacrifícios, se tivesse sido compreendida pelos espanhóis, poderia ter-lhes dado uma ideia da ampla dominação dos mexicas: no dizer dos sacerdotes encontrados na ilha, não tinham sido os habitantes de Culua — leia-se México-Tenochtitlán, longe, no interior das terras — que haviam ordenado fazer aquelas oferendas a um deus, que bem mais tarde Bernal Díaz del Castillo saberá ser o todo-poderoso Tezcatlipoca? Os espanhóis compreendem Ulua, e não Culua, e dão aquele nome à sinistra ilha que se torna San Juan de Ulúa.

É diante dessa ilha que os espanhóis erguem seu acampamento. Mas lembremos primeiro como Cortés havia chegado lá. Em 1518, atraído e “inundado de alegria” pelas notícias trazidas por Juan de Grijalva, o governador de Cuba, Diego Velázquez de Cuéllar, nomeia um colono sem nenhuma experiência militar, Hernán Cortés, para chefiar uma terceira expedição. Nessa data, o governador está impaciente: ainda não obteve do imperador Carlos a autorização para colonizar — isto é, na linguagem da época, “fazer trocas, conquistar e povoa”. Portanto, Cortés é encarregado apenas de “fazer trocas”, e não de “povoa”, embora em Cuba o governador já apregoe o contrário, seguro que está de obter da corte o título pomposo de governador (*adelantado*) do Iucatã.<sup>33</sup> Concretamente, e enquanto esperam algo melhor, os espanhóis têm ordem de explorar as paragens e de coletar tudo o que puderem, mas não de estabelecer-se para ficar. Em 18 de novembro, Cortés e seus amigos, com outra ideia na cabeça, zarparam às pressas de Santiago de Cuba, provocando a ira de seu chefe Diego

Velázquez. Dirigem-se ao Iucatã, abordam a costa do Tabasco e, de passagem, arranjam preciosos intérpretes, Jerónimo de Aguilár e a índia Malinche.

É somente alguns meses mais tarde, de volta à baía de San Juan, diante da famosa ilha dos Sacrificios, em 22 de abril de 1519, que o empreendimento assume um caráter totalmente diferente daquele desejado pelo governador de Cuba, mas sem dúvida não o de um roteiro definido, com resultado conhecido de antemão. Nessa data, Pires e os seus continuam a entediá-*se* em Cantão, à espera de um sinal de Beijing.

À chegada dos navios de Cortés, os índios perguntaram sobre a origem das caravelas. Cortés fez contato com os caciques do lugar, aos quais manda oferecer roupas europeias, camisas, gibões, gorros e calças bufantes.<sup>34</sup> Trocam-se presentes. Segundo afirma Cortés, o cacique local se deslumbrava: "Ele ficou muito contente e feliz". Não importa que a região tropical seja de uma unidade malsã, com seu labirinto de lagoas e de pântanos esmagados pelo calor: os recém-chegados parecem gostar dela. O lugar é ocupado por populações originárias do altiplano e envia-*das* para lá pelo senhor de Tenochtitlán. Portanto, a língua nautá predomina, assim como a influência mexica. Aliás, perto da foz do Papaloapán, em Tlacotalpán, reside um coletor de impostos, ou *calpixqui*, nomeado por México-Tenochtitlán.<sup>35</sup> Os espanhóis ainda ignoram tudo isso, mas ficam encantados por encontrar ouro e comemoram a boa acolhida dos índios.

É nesse momento que a expedição muda abertamente de objetivo. Manipulados por Cortés, os capitães tomam a decisão de "povoar" e "fundar um *pueblo*", "onde haveria uma justiça para que eles sejam os senhores nestas terras". Em seguida — num ato de ventriloquia política — eles exigem que Cortés designe os aliados e seus auxiliares, os *regidores*, para administrar a cidade, chegando até a fingir ameaçá-lo em caso de recusa. Cortés cede e

funda uma povoação, batizada de Villa Rica de la Veracruz. Logo em seguida, a nova municipalidade se reúne, declara que os poderes de Cortés como representante de Diego Velázquez expiraram e apressa-se a nomear o capitão destituído "juiz-mor, capitão e chefe ao qual todos devemos obediência".

A partir daí, os castelhanos se comportam como os portugueses de Tunmen: como se estivessem na própria casa. Escolhe-se um sítio suficientemente plano para delimitar os locais que corresponderão à praça, à igreja e aos arsenais. Todos, inclusive Cortés, dão uma ajuda na construção da fortaleza, uns trabalhando nos alicerces, outros fabricando telhas ou tijolos, outros ainda trazendo água e alimentos. Ergem-se ameias e barbacãs. Logo se erguem um pelourinho na praça e um patíbulo fora do burgo. Em suma, medidas para se sentirem em casa e protegidos, com os meios de fazer justiça na devida forma. As páginas que Díaz del Castillo consagra ao episódio permitem imaginar igualmente a azáfama dos portugueses na ilha de Tunmen e a indispensável polivalência dos ibéricos nesse tipo de situação. Rapidamente, casas, uma igreja e uma fortaleza brotam do chão.

Outro episódio também aproxima as duas histórias, pois revela o quanto essas nações têm imediata propensão a se acreditar em uma terra conquistada. Na costa da China, como na do México, os recém-chegados exibem seu desprezo pelas autoridades constituídas. Enquanto os portugueses de Tunmen são acusados de ter maltratado os cobradores de taxas enviados pelas autoridades de Cantão, os homens de Cortés espancam e prendem os coletores de tributo despachados por Moctezuma. Cortés justifica seu comportamento explicando que desejava limitar as exigências desumanas dos mexicas. Era sobretudo um modo eficaz de impressionar as populações locais. De fato, tanto aqui como na China, tal atitude manifesta cruamente o instinto predador de intrusos que pretendem reservar para si as riquezas locais, sem

prestar contas a ninguém. Ela prefigura o momento em que os espanhóis vencedores do México se apossarão do tributo indígena, coisa que os portugueses de Cantão também pretendem fazer e que teriam executado de bom grado se a China fosse o México. De qualquer modo, seja na corte de Beijing ou na de México-Tenochtitlán, as escandalosas iniciativas dos intrusos abortecem e provocam represálias.<sup>36</sup>

Cortés, portanto, acaba de romper com o governador de Cuba. Embora tenha feito isso com luva de pelica, seu gesto é determinante. Em princípio, a página Diego Velázquez está virada. O número de ilusionismo é também um minigolpe de Estado. O antigo homem de confiança do protegido do bispo de Burgos já não passa de um usurpador e um traidor que arrisca a própria cabeça. Até porque, em 1º de julho, nosso conquistador em potencial fica sabendo que Diego Velázquez recebeu as autorizações esperadas de Castela.<sup>37</sup> Se há conquistista nessa data, ou haverá, organizá-la cabe oficialmente ao governador de Cuba, e só a ele. Difícil imaginar que, nessas circunstâncias, o motim tenha conseguido planejar a conquista de um poderoso império. No máximo, Cortés mostra sua intenção de estabelecer-se nesse ponto da costa. Ele passa então noites inteiras escrevendo e buscando as ações possíveis. Com dois grandes desafios a destacar: vencer o imperador de suas boas intenções e tornar sua instalação definitiva e rentável aos olhos dos companheiros.

#### DESILIZE DE CORTÉS, INTENÇÕES PORTUGUESAS

Cortés então envia emissários à corte para defender sua causa. Por intermédio deles, oferece-se — e que outra coisa poderia propor? — para conduzir a conquista dessa terra, “extensa e tão povoadá”, bem melhor do que seu antigo protetor poderia fazer, e

acompanha sua proposta com presentes magníficos para o regente Carlos. Segundo o ditado, “*dádivas quebrantam penas*”, “*dádivas quebram rochedos*”.<sup>38</sup>

Tais presentes são também instrumentos políticos: devem constituir a prova tangível de que existe uma extraordinária civilização do outro lado do Oceano, sem comparação nenhuma com a do povo das ilhas ou da Castela de Ouro. Aos representantes de Cortés caberá demonstrar à corte que a aparente desobediência do capitão merece a indulgência do soberano. A aposta valia a pena. Cortés afirma ter se explicado numa primeira carta ao imperador, a qual supostamente justificava o injustificável. Não há nenhum rastro dela. Perdeu-se ou nunca existiu?<sup>39</sup> Se havia carta, ninguém podia acusar Cortés de ter se recusado a prestar contas. Mas está fora de questão usar como argumento essa misteriosa missiva — uma vez que ela “se perdera” — e suas confissões fixadas no papel para expor sua perfídia e sua astúcia.

Assim, procuradores e presentes navegaram rumo à Espanha — evitando cair nas mãos de Diego Velázquez — com a esperança de resolver a situação e de salvar a cabeça de Cortés e dos seus (26 de julho). Carlos os receberá em Tordesilhas no ano seguinte, em março de 1520, e depois em abril, em Valladolid. No entanto, a partida está longe de ser vencida e os temores de Cortés são mais do que fundamentados. Seus enviados se chocam na Espanha contra os amigos de Diego Velázquez e o todo-poderoso Fonseca, bispo de Burgos, que há anos tem nas mãos os assuntos das Índias. O humanista Pietro Martire d’Anghiera relata a atmosfera reinante na corte. Embora se extasie diante dos presentes levados para o imperador, o milanês lembra que o Conselho régio reprova a atitude do conquistador. Segundo ele, os emissários de Diego Velázquez e o lobby que os apoia não têm papas na língua: “São ladrões em fuga, culpados de lesa-majestade”; todos reclamam a pena de morte contra os rebeldes. A futura conquista do México

está sempre a um passo de perder seu herói. Mais precisamente, o que está no centro da disputa é a iniciativa de Cortés de fundar uma “colônia”,<sup>40</sup> a Villa Rica, no sentido romano do termo, sem que se cogisse conquistar uma terra mais vasta do que a Espanha, embora os presentes e o outro suscitem muitas cobiças. Pelo menos, é assim que Pietro Martire vê as coisas em 1520 e comunica ao papa Leão X e à cúria.

No ponto em que estamos, a conquista do México ainda não é mais do que um *pronunciamiento* lançado por um desconhecido a partir de uma terra desconhecida, sem dívida rica, mas seguramente hostil. Por sua vez, a embaixada portuguesa em Cantão não é apenas um passeio diplomático? Quais são as intenções, ou antes o estado de espírito, dos portugueses que a compõem, e que se encontram retidos a milhares de quilômetros de Lisboa? As fontes não deixam pairar nenhuma dúvida: não somente a eventualidade de uma conquista está longe de ser excluída, como também é explicitamente evocada nas missivas de Vieira e de Calvo, seu companheiro de infortúnio, as quais constituem nossos testemunhos mais imediatos. Os enviados de Lisboa talvez passem menos por conquistadores natos do que seus rivais castelhanos, mas nunca descartam a ideia de uma expedição armada quando se veem diante de uma terra recém-descoberta. Os passeios sobre as muralhas de Cantão não são unicamente um passatempo de turistas bloqueados numa etapa que lhes parece interminável. Dos membros da embaixada espera-se que recolham o máximo possível de informações sobre os meios de defesa e as forças dos chineses, particularmente na região de Cantão, e eles não se privam disso. É o que revelam suas cartas, recheadas de informações sensíveis que eles se empenham em transmitir aos seus superiores e que visam a preparar uma intervenção, seguida de uma ocupação militar.

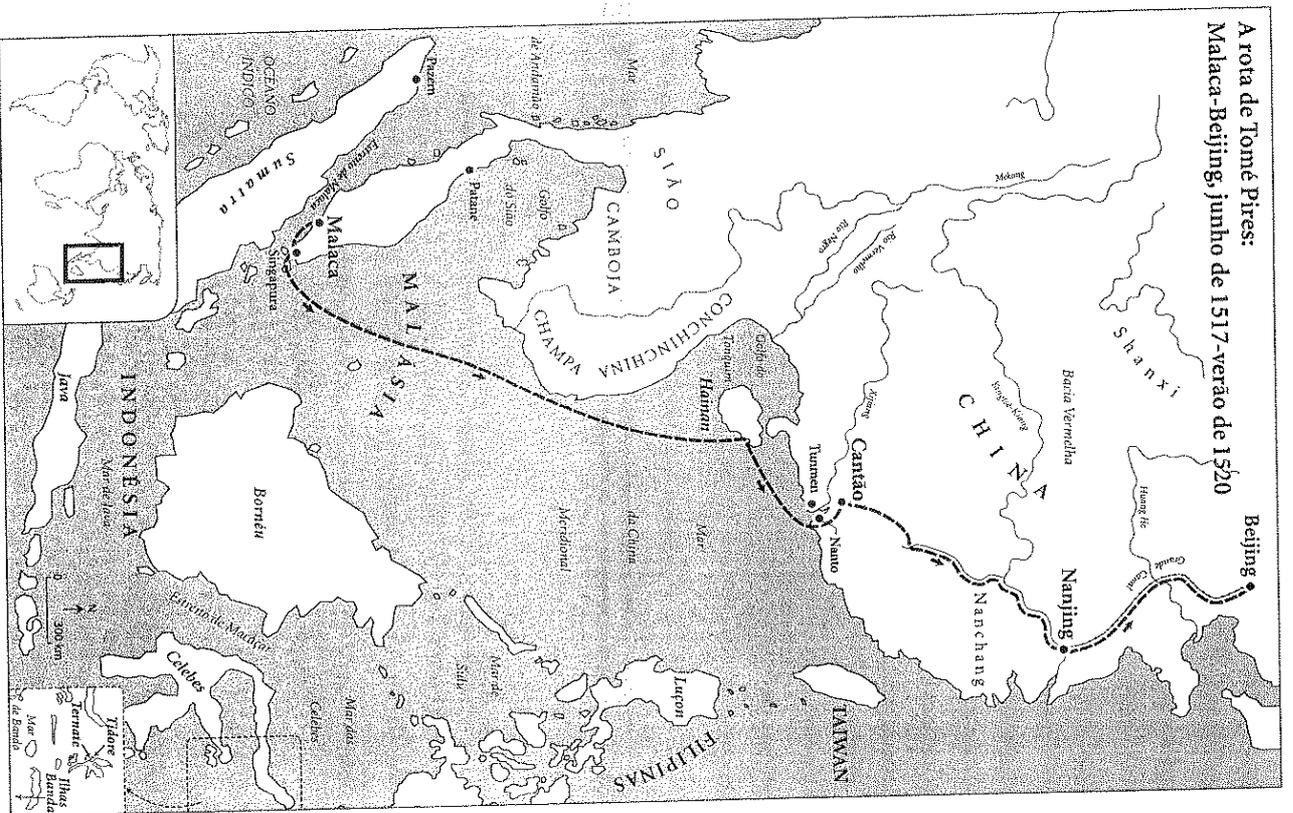
O que Christovão Vieira nos diz de Cantão e de sua importância estratégica? “A escala de toda a terra da China é Cantão”.

É a porta da China, como será Hong Kong em sua época: “Ela é mais apta que outras para o trato com estrangeiros”. Mas também “é o lugar e a terra mais suscetível do mundo a ser submetido”. Mais informado, conclui, o rei d. Manuel não hesitaria em lançar essa conquista: “Por certo é maior a honra que a governança da Índia”. Os triunfos de uma intervenção armada são múltiplos. Cansado dos maus-tratos, o povo chinês não pediria mais do que revoltar-se contra mandarins detestados. Não esperaria mais do que um desembarque português. “Toda a gente deseja revolta e vinda dos portugueses de Cantão [...] Toda a gente está esperando pelos portugueses.”<sup>41</sup> A sublevação dos campos contra os mandarins, atijada pela vinda dos europeus, facilmente esmoreceria a cidade de Cantão, que desse modo cairia como um fruto maduro. Com a ausência de juncos de combate, o grande porto conta apenas com suas muralhas para se proteger. Uma vez tomada a cidade, só será preciso construir dois fortes para mantê-la sob controle: um no flanco norte, pois “daqui se pode apoderar-se da cidade”, e outro do lado do desembarcadouro dos mandarins. O tom é pre-remptório: não há um instante a perder. Seria necessário menos tempo para conduzir bem a iniciativa do que para escrevê-la.

Essa pressa se baseia numa análise das supostas fraquezas do Império do Meio. A dominação chinesa seria recente e frágil:

até o momento não tiveram autoridade, mas pouco a pouco foram tomando a terra de seus vizinhos, e é por isso que o reino é grande, porque estes chineses são cheios de muita judaria e daí lhes vem serem presunçosos, soberbos, cruéis; e porque, até o presente, sendo gente covard(e), fraca, sem armas e sem nenhum exercício de guerra e sempre ganhando a terra de seus vizinhos e não pelas próprias mãos, mas por manchas e biocos, pensam que ninguém lhes pode fazer dano.<sup>42</sup>

A rota de Tomé Pires:  
Malaca-Beijing, junho de 1517-verão de 1520



Os castelhanos de Cortés são conquistadores em potencial que por algum tempo vão bancar os embaixadores. Os portugueses de Pires são embaixadores que esperam ser recebidos como tais, mas estão cheios de segundas intenções belicosas. Persecutados mais de perto, isto é, confrontando-se sistematicamente as fontes de que dispomos, os dois empreendimentos começam a se mostrar menos diametralmente opostos do que imaginávamos de início. Eles lançam uma luz preciosa sobre as circunstâncias frequentemente confusas nas quais os mundos se conectam e os contatos se operam no limiar dos tempos modernos: a iniciativa tanto pode ser local (Cuba) quanto metropolitana (Lisboa); ou originalmente programada (Pires), ou decididamente imprevisível e incontrolável (Cortés). É sempre lastreada por sombrios cálculos e inspira aos europeus, como, aliás, aos seus anfitriões, comportamentos ambivalentes, acentuados pela novidade absoluta das situações nas quais todos se veem envolvidos. Observado de perto, por enquanto o esperado choque de civilizações (em suas variantes Europa/China ou Europa/México) assemelha-se mais ao jogo entre gato e rato, sem que possamos saber ainda quem é o gato e quem é o rato.

A MARCHA SOBRE BEIJING  
(DE JANEIRO AO VERÃO DE 1520)

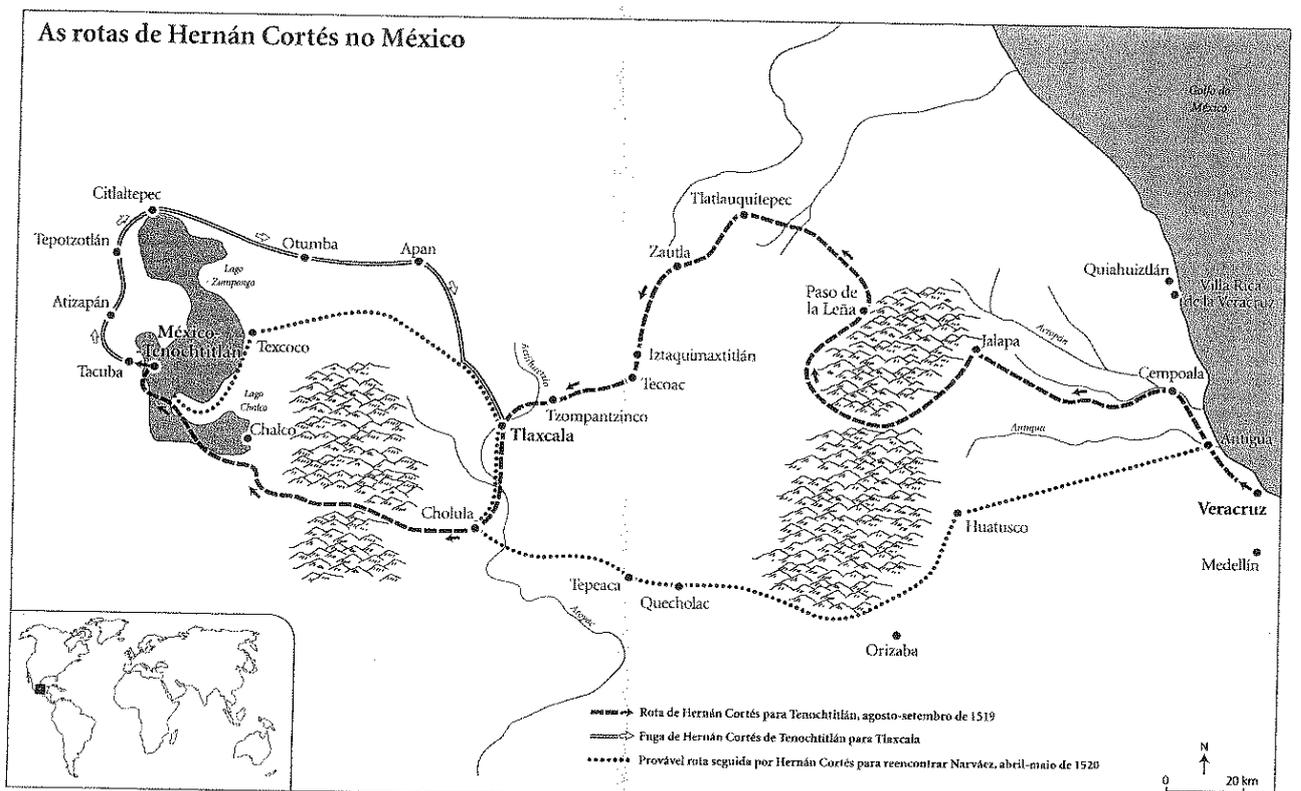
Em agosto de 1519, uma segunda frota portuguesa, conduzida por Simão de Andrade, acosta em Cantão. Ela se vincula à embaixada, mas deixa a China no verão de 1520. Nessa data, já faz seis meses que Pires partiu para Beijing. Em Cantão, as autoridades chinesas haviam começado por opor uma recusa à demanda portuguesa. Retida em Cantão, a embaixada tivera de esperar quase um ano até obter autorização para dirigir-se à capital. A situação se desbloqueia. Os portugueses, segundo o *Mingshi*, te-

riam conseguido corromper um dos eunucos encarregados do comissariado de assuntos marítimos do Guangdong e da guarda dos postos de fronteira.<sup>43</sup> A embaixada parte em 23 de janeiro de 1520 e se detém em Nanjing, onde teria encontrado o imperador.<sup>44</sup> Zhengde estava retornando de viagens ao norte e ao noroeste da China em 1518 e 1519, sob o impulso de seu favorito, Jiang Bin. Outro embaixador, Tuan Muhammad, está nos calcenhares de Tomé Pires. Enviado pelo rei de Bintan (que era o de Malaca) para se queixar dos portugueses, ele deixou Cantão no primeiro semestre de 1520 e também se encontra em Nanjing.

Pires chega a Beijing durante o verão de 1520, talvez no séquito imperial. Mas ainda terá de esperar janeiro de 1521 para vislumbrar a possibilidade de ser recebido em audiência oficial. A embaixada portuguesa, para facilitar os próprios passos, havia obtido o concurso de um eunuco bastante influente na corte, Ning Cheng, e do favorito do imperador, Jiang Bin.<sup>45</sup> Teria sido este último a permitir que Pires encontrasse pessoalmente o imperador em Nanjing. Se as coisas demoram tanto, é que o imperador, que se encontra perto de Beijing, em T'ong-tcheou, entre 5 de dezembro de 1519 e 18 de janeiro de 1521, recebeu alertas contra a missão de Tomé Pires e adiou sua resposta sob o efeito de acusações vindas de Cantão, Nanjing e Beijing. Na capital, ainda assim, as autoridades recebem com deferência os enviados portugueses. Estes dispõem de bastante tempo para tomar conhecimento do ceremonial a que o embaixador de d. Manuel está prestes a se submeter.<sup>46</sup> Mas, afinal, Pires acabará sendo oficialmente recebido?

#### A MARCHA SOBRE MÉXICO-TENOCHTITLÁN (DE AGOSTO A NOVEMBRO DE 1519)

Nesse período, enquanto Pires ainda marca passo em Cantão, no México o conquistador tateia, interroga-se sobre as relações de



força, informa-se sobre o que parece ter se tornado seu alvo a partir da Páscoa de 1519 — México-Tenochtitlán — e, sobretudo, busca negociar alianças e fazer sua presença ser aceita localmente. Conclui-se um acordo com mais de trinta *pueblos* da Sierra, essencialmente totonacas, que não morrem de amores pelos mexicanos.<sup>47</sup> É nesse contexto que é fundada a Villa Rica de Veracruz.

Cortés anseia por ver com os próprios olhos a capital asteca e encontrar Moctezuma. A destruição de seus navios bloqueia qualquer retorno à maneira de Grijalva e preludia a partida, em 16 de agosto de 1619, de uma expedição constituída por trezentos infantas ou *peones*, quinze cavaleiros, quatrocentos guerreiros totonacas e duzentos carregadores *tamemes* para transportar a artilharia.<sup>48</sup> Aparentemente, tudo se desenrola sem transtornos. Os senhores indígenas parecem encantados por ficar sob a dominação espanhola: “Eles se mostram muito contentes por serem vassallos de Vossa Majestade e meus amigos”. A acolhida é calorosa tanto em Cempoala como em Sienchimalem (Xicocimilco) ou em Istaquimaxtitlan, onde os espanhóis passam uma semana. Cortés tranquiliza seus interlocutores, afirmando estar apenas de passagem: “Eu só ia até lá para vê-los”. Seria um verdadeiro passeio se a friagem das montanhas não tivesse dizimado os índios da Fernandina (Cuba), que não tinham nada com que se agasalhar — “eles estavam malvestidos”.<sup>49</sup>

Em tais condições, é difícil falar de um processo de conquista que se desenvolveria segundo um programa fixado de longa data, com o beneplácito das autoridades coloniais e imperiais e o apoio de todas as forças espanholas instaladas nas ilhas. Nesse momento Diego Velázquez está longe de admitir-se vencido. O governador de Cuba apressou-se a organizar uma tropa e uma frota para dominar a rebelião. Duas vezes maior do que a de Cortés, essa força levantará âncora em março de 1520. Em princípio, ela deveria eliminar o desordeiro sem a menor dificuldade, e en-

tão seria necessário recomençar tudo do zero. Visto da metrópole, o destino de Cortés não parece muito melhor. De fato, a notícia de sua rebelião chega a Castela pouco antes da sublevação dos *Comuneros* de Castela: é a partir de junho de 1520 que o país se abre, e o incêndio só cederá com a vitória de Villalar, na província de Valladolid, quase um ano mais tarde (23 de abril de 1521). Desnecessário dizer que, nesse contexto, as iniciativas de Cortés causam transtornos. Muito ativo e influente na corte, o partido do governador de Cuba espera obter do rei Carlos a cabeça de um rebelde desconhecido do soberano e de seus conselheiros.<sup>50</sup> A manobra fracassará, assim como a frota lançada em perseguição a Cortés.

Não tendo podido intervir pessoalmente nem em Cuba nem na corte, Cortés se esforça por ganhar portos in loco, penetrando inexoravelmente rumo a México-Tenochtitlán. A conquista provavelmente dita ainda não se desencadeou, mas o capitão resolveu que nada, e menos ainda a hostilidade dos índios ou os temores dos seus, deveria detê-lo. Diante das portas de Tlaxcala, o avanço se complica. Obrigados a travar seus primeiros combates, os espanhóis perdem cerca de cinquenta homens. Aos que se queixam, Cortés retruca: “Mais valia morrer como homens de bem, como dizem as canções, do que viver na desonra”.<sup>51</sup> Também sem sucesso, um aliado indígena procura conter o capitão com um argumento de que os chineses, bem mais tarde, se oporão aos portugueses dispostos a invadi-los: “Para além desta província, há tanta gente que 100 mil homens lutarão agora contra ti e, mortos ou vencidos estes, virão outros tantos, e durante muito tempo poderão substituir-se assim e morrer de 100 mil em 100 mil, e tu e os teus, já que pretendes ser invencíveis, morreréis de fadiga à força de combater”.<sup>52</sup> As variações do destino e a precariedade da situação não escapam a Pietro Martire d’Anghiera, que, da longínqua Castela, comenta as notícias: “Os nossos, contudo, nem sempre

foram vencedores; com muita frequência a sorte lhes foi contrária e às vezes os bárbaros que se recusavam a ter hóspedes destruíram exércitos inteiros dos nossos<sup>52</sup>.

As fontes transmitem imagens contraditórias da expedição.

A distância e *a posteriori*, Pietro Martire lhe atribui cartas de nobreza comparando-a à guerra que Júlio César travou contra os helvécios e os germanos, ou à luta que opôs Temístocles às hordas de Xerxes. A conquistista das Gálias! Pode-se imaginar modelo mais ilustre, mais clássico e mais fundamentado de conquistista? O número de efetivos informado por Cortés reforça a grandiosidade do empreendimento: nada menos que 100 mil tlaxcaltecas teriam se oferecido para acompanhar os espanhóis em sua marcha sobre Cholula e México-Tenochtitlan!<sup>53</sup> Mas, na realidade, a história é outra. Em pânico, os membros da expedição têm na cabeça um exemplo menos glorioso: compararam a aventura de Cortés à de um chefe de quadrilha medieval, tão popular quanto lendário, Pedro Carbonero, o “valeroso cordovés”,<sup>54</sup> que arrastou seus homens a uma luta impossível contra os mouros.<sup>55</sup> A iniciativa acaba em desastre: os mouros não deixaram vivo um só cristão. “[Cortés] levava-os a um ponto de onde eles não poderiam mais sair.”<sup>56</sup>

#### A OPÇÃO PELA DESMESURA

Portanto, nada de uma fria conquistista imperialista pilotada do alto, e sim muito mais a audácia louca de um homem e sua roda, um capitão de legítimidade amputada, que só pode contar com Deus e consigo mesmo, e cujo empreendimento é suscetível de fracassar a qualquer momento. Cortés não hesita em relatar as afirmações de seus companheiros, que o chamam literalmente de louco. Mas esse louco tem sua lógica. Para conjurar as acusações de rebelião e sair vencedor do duelo que o opõe ao governador de

Cuba, Cortés não tem outro caminho afora o de apoderar-se dos domínios de Moctezuma, dando à sua iniciativa uma fachada legal, irrepreensível, imperial e cristã.<sup>57</sup> Em tais circunstâncias, a conquistista do México não aparece nem como uma escolha maduramente decidida nem como a expressão de um projeto político: é uma questão de vida ou morte para o interessado. In loco, diante de seus homens inquietos e esgotados que desejam retornar à costa, Cortés fica reduzido a brandir a isca das riquezas e da glória dos futuros combates.

A situação, aparentemente sem saída, leva à desmesura. Cortés promete qualquer coisa: “Estávamos em condições de ganhar [...] os maiores reinos e as maiores senhorias que havia no mundo”. Lutando, os espanhóis obteriam “a maior glória, a maior honra que uma geração obteve até nossa época.”<sup>58</sup> Cortés se apresenta no cenário do mundo oferecendo-se como predador planejado e se ergue sozinho diante da posteridade, num frenesi conquistador que se atribui a tarefa de atacar as maiores potências da terra e de enquadrá-las. Se a modernidade é realmente o salto para o monstruoso que Peter Sloterdijk<sup>59</sup> descreve e a capacidade de assumir a total responsabilidade pelos crimes cometidos ou a cometer, Cortés é portador dessa modernidade. Seu programa é literalmente demencial, mas seria mais do que os projetos dos portugueses de Cantão, ou do que as proposições de um Tomé Pires, que, ainda sem saber que chefiará uma embaixada rumo à China, vaticina: “Com dez navios, o governador das Índias que tomou Malaca submeteria toda a China costeira?”<sup>60</sup>

A desmesura do programa de Cortés tinha tudo para inquietar o primeiro destinatário dessas cartas, o imperador Carlos, ele que não tinha nada de conquistador insaciável. Mas acabaria por coincidir com os ideais de monarquia universal e de *dominium mundi* que o chanceler Mercurio Gattinara começava a inculcar no jovem príncipe.<sup>61</sup> Só que ainda era muito cedo para

que o projeto de “reconstruir [um] império universal de vocação cristã com o objetivo de lutar contra o islamismo” pudesse se apoiar na conquista do Novo Mundo.

Cortés deve empenhar-se em não desagradar ao imperador, encontrando as palavras suscetíveis de abrandá-lo e de arrancar seu perdão. Aqui, sua pena faz maravilhas. A versão que ele fornece em sua segunda carta (outubro de 1520), redigida depois que o objetivo (México-Tenochtitlán) é alcançado e que ele faz uma ideia bem mais precisa sobre o que o México representa, modifica todos os acontecimentos. A visão é ao mesmo tempo heroica e “politicamente correta”; é também visualmente espetacular, para não dizer hollywoodiana *avant la lettre*. É a visão que será retida pela posteridade, ávida de sensacionalismo. O empreendimento alcança o nível de “conquista e pacificação”. O país é “maravilhoso”, termo que retorna obstinadamente:

[é] uma enorme provincia bastante rica, chamada Culua, onde se encontram cidades enormes, dotadas de maravilhosos edificios, de grandes praças de comércio e de grandes riquezas, entre as quais há uma ainda mais maravilhosa e mais rica do que todas, denominada Tenustitlan, que é construída numa laguna por meio de uma arte maravilhosa; sobre essa cidade e essa provincia reina um grande senhor chamado Mutezuma; foi lá que aconteceram ao capitão e aos espanhóis coisas espantosas para contar.<sup>62</sup>

O destaque é dado às cidades indígenas do altiplano, descritas num crescendo que culmina em apoteose com a apresentação da metrópole da Tríplice Aliança, México-Tenochtitlán.<sup>63</sup>

A ênfase dada por Cortés repercutirá imediatamente para além das esperanças do conquistador; ela fascinará a cristandade latina, lançando no mercado do imaginário europeu, até os confins da Boêmia e da Polónia, clichês e cenas cujo estrepito con-

trasta com o silêncio que rodeia a China. Os europeus “verão” México-Tenochtitlán bem antes de ver Beijing: a famosa gravura da capital asteca, extraída de uma carta enviada por Cortés, será reproduzida e comentada sem descanso. No entanto, a descrição da China<sup>64</sup> feita por Vieira após seu relato sobre a embaixada de Pires também tem tudo para espantar. É a primeira que se deve a uma testemunha ocular que viajou pelo interior das terras. Mas passará quase despercebida.<sup>65</sup>

Cortés não cessa de atribuir-se o papel do bondoso. É como visitante,<sup>66</sup> como braço compassivo solicitado por toda parte ou como enviado do imperador Carlos V, disposto a retirar-se uma vez concluída sua visita, que sua carta o mostra, e é sob essa luz que ele se apresenta aos príncipes indígenas: “Vossa Majestade tinha conhecimento [da existência de Moctezuma] e [...] eu só vinha para vê-lo”. Tanto pior se os indígenas não manejam a escrita alfabética! Tudo, supostamente, se resolve com eles mediante escritos — “os textos e os atos que elaborei com os nativos destas paragens” —, papéis que, é claro, desapareceram nas eventualidades da conquista. Tudo deve advogar a favor do conquistador a contragosto: tanto o emprego pretensamente escrupuloso do *requerimiento*, “em boa e devida forma com os intérpretes que eu levava comigo”,<sup>67</sup> quanto a legítima defesa imposta por confrontos monstruosamente desiguais — 100 mil tlaxcaltecas contra quarenta besteiros, treze cavaleiros, cinco ou seis escopetas e meia dúzia de canhões.<sup>68</sup> Afinal, deviam deixar-se massacrar?

## BLOQUEIOS

A que se comprometiam os índios do México em relação ao senhor distante e desconhecido de quem Cortés se dizia emissário? Aos olhos deles, os espanhóis seriam mais do que um bando

de mercenários, cruelmente eficazes, dos quais era aconselhável obter as boas graças ou os serviços?

As etapas da viagem são pontuadas por trocas de presentes e de sinais de boas-vindas aos quais o espanhol faz dizer o que ele quer. Contudo, e isso é o essencial, a expedição colide com a opção afável, mas firme, de Moctezuma. A primeira embaixada “oficial” do senhor de México-Tenochtitlan é recebida por ocasião das escaramuças que opõem os visitantes às tropas de Tlaxcala.

Seis senhores dos principais vassallos de Mutezuma vieram me ver com cerca de duzentos homens a seu serviço e me disseram que vinham da parte de Mutezuma para me anunciar que ele queria ser vassallo de Vossa Alteza pagando tributo a cada ano [...], que ele daria tudo desde que eu não entre em sua terra, e que fazia isso porque ela era muito estéril e desprovida de qualquer recurso, e que não gostaria que eu passasse necessidade.<sup>69</sup>

A embaixada portuguesa, imobilizada em Cantão, também sofre um bloqueio que traduz a mesma recusa: nem pensar em permitir que os europeus se aproximem da capital. Nem Beijing nem México-Tenochtitlan querem que os estrangeiros venham pisar o coração de seu território: a reação dos mexicas é tão categórica quanto a das autoridades celestiais. O bloqueio chinês durará meses; só será suspenso ao preço da persistência da missão portuguesa e de sua capacidade de negociar localmente, e depois na corte, alianças que lhe abrirão a rota de Beijing. É a mesma persistência que notamos em Cortés, o qual se esforça por vencer os mexicas de que tem boas intenções, enquanto consolida as posições obtidas no centro do altiplano: em sua carta, o espanhol fala de sua “vontade determinada”. Conquista ou embaixada, o primeiro round das penetrações ibéricas provoca incontestavelmente a hostilidade dos poderes locais; porém, contra toda

expectativa, em ambos os casos os intrusos conseguem suspender a oposição da qual são objeto, ou melhor, constanger o adversário a fazer sua vontade.

Tudo, nessa primeira fase, é questão de palavrório e de conchavos. Em Tlaxcala, “chefes mensageiros de Moctezuma” não param de visitar Cortés; eles anunciam que outros enviados o aguardam em Cholula. Os enviados circulam entre a cidade tlaxcalteca e México-Tenochtitlan. Cortés, que se vê submetido às pressões contraditórias dos tlaxcaltecas e dos mexicas, decide explorar a fundo a cisânia entre os dois campos inimigos: “Não vi com desprazer a discórdia e o desacordo que opunham uns aos outros [...] e manipulava uns contra os outros.”<sup>70</sup> Por ocasião da chegada a Cholula, “cidade de mesquitas”, ele continua a interrogar-se sobre as intenções dos mexicas: estes lhe aprontariam uma última armadilha? Torna-se ameaçador:

Assim, já que [Moctezuma] não era fiel à sua palavra e não me dizia a verdade, eu queria mudar de atitude; embora até então tencionasse ir até ele na intenção de vê-lo, de lhe falar, de tê-lo como amigo e de estabelecer um diálogo de paz, agora eu estava decidido a entrar em seu território para lhe dar combate, fazer-lhe todo o mal que se pode fazer a um inimigo.<sup>71</sup>

Moctezuma teria então tranquilizado Cortés, remetendo-lhe um presente suntuoso — “dez pratos de ouro e 1500 peças de roupa”. O *tlatoani* se alegra estranho às intrigas dos cholhitecas e se instala no papel do senhor magoado, a quem escapa o controle da situação. Cortés, por sua vez, aproveita para forjar a imagem de um príncipe astucioso, que é mais prudente não desafiar.

Ao fim daquilo que continua não sendo uma conquista, mas uma série de ofensivas diplomáticas, Moctezuma acaba aceitando que Cortés vá até México-Tenochtitlan, “pois percebeu que eu es-

tava bem determinado a vê-lo”. “Ele me receberia”, escreve o conquistador, “na grande cidade onde se encontrava.” Contudo, na chegada à província de Chalco, Cortés sofre novas pressões: “[Moctezuma] pedia que eu retrocedesse e não mais tentasse ir à sua cidade”. Cortés alega o caráter imperioso de sua missão, embora se mantenha gentil ao máximo: “Respondi-lhe que voltar atrás não estava em meu poder, eu o faria para agradá-lo”. De qualquer modo, “uma vez que o tivesse encontrado, se tal ainda fosse sua vontade de não me aceitar em sua companhia, [eu lhe disse que] iria embora”. Em Amecameca, portanto cada vez mais perto de México-Tenochitlán, ele recebe uma nova embaixada. De novo, escapa a um ataque surpresa graças às precauções de que se rodeia. Chega então uma enésima embaixada, cheia de ameaças, que pela última vez insiste que Cortés detenha seu avanço, “pois teria de suportar muitas dificuldades e privações [...], um ponto sobre o qual esses chefes insistiram muito”.<sup>72</sup> O espanhol não lhes dá ouvidos. Já farto, Moctezuma decide permitir que venha a ele a tropa espanhola, que recebe em Izlapalapa presentes de boas-vindas, escravos, vestimentas e ouro. México-Tenochitlán está prestes a receber Cortés.

Como compreender a mudança de atitude de Moctezuma, quando se pensa no destino que lhe será reservado? A comparação com os acontecimentos na China sugere algumas pistas. Um punhado de portugueses consegue ser recebido no coração do império, transpondo os obstáculos colocados em seu caminho. Que interesse podiam ter a corte de Beijing e a Triplíce Aliança em deixar vir a elas esses estranhos visitantes? Uma primeira resposta incitaria a considerar os bloqueios de que falamos como testes impostos para descobrir as intenções dos intrusos e suas capacidades para adaptar-se a um terreno desconhecido. Em ambos os casos, a identidade deles é problemática, tanto quanto suas motivações. Ela cria uma margem de incerteza que exige dos an-

firiões um esforço de imaginação e certa flexibilidade. Nem Pres nem Cortés se apresentam como invasores clássicos: não são nem mongóis nem tlaxcaltecas. Cabe aos chineses e aos mexicas dar um sentido à vinda deles. Em função das interpretações levantadas, as reações locais evoluem. O interesse a ser atribuído a essa nova presença, seja ela comercial ou militar, pode bem depressa gerar aproximações: pensa-se nos comerciantes cantoneses atraídos pelas aberturas feitas pelos portugueses ou nos combatentes tlaxcaltecas aos quais não desagrada acrescentar às suas tropas a força estratégica dos recém-chegados. Na China como no México, as rivalidades que opunham a periferia ao centro — Cantão a Beijing, a costa vera-cruzense ou Tlaxcala a México-Tenochitlán —, assim como as que dividiam o poder central, eram suscetíveis de criar condições favoráveis à recepção de um corpo estranho que introduzia um novo elemento no cenário político. As fontes chinesas tampouco dissimulam as más relações mantidas por Zhengde com a administração central.

Conhecem-se mal as reações da roda de Moctezuma e as disputas que, no seio da Triplíce Aliança, incitaram o *tlatoani* a receber seu futuro conquistador e a lhe oferecer hospitalidade. Cortés precisa sobretudo manter as aparências na Espanha; é sem dúvida por isso que sua versão dos fatos nos mostra um cenário bonito demais para ser verdadeiro. Ele tem todo o interesse em apresentar a acolhida calorosa e as ofertas de aliança feitas por grande parte dos grupos indígenas como outros tantos indícios de uma submissão voluntária diante de uma autoridade indiscutível. Teria sido espontaneamente que, em Tlaxcala, os enviados de Moctezuma propuseram pagar tributo ao imperador?<sup>73</sup> Quando Cortés invoca a “amizade de Moctezuma” em relação a ele, é tanto para explicar as razões de seu sucesso num meio tão hostil quanto para dar à sua marcha uma coloração pacífica e legítima.

Tanto na China como no México, as duas expedições passam por uma etapa que deve ser o *climax* da viagem: o encontro com o imperador. No caso chinês, o evento se dá em Nanjing na primavera de 1520. Ouçamos Christovão Vieira: “No ano de 1520, a 23 dias de janeiro partimos para o rei da China; em maio estávamos com o rei em Nankuin, dali mandou que fôssemos à cidade de Beijing para nos dar o despacho lá; a dois de agosto escrevo a Cantão do que havia passado com o rei”<sup>74</sup>

A descrição do encontro com Zhengde é de uma concisão frustrante, mas é verdade que ela alude a mensagens detalhadas expedidas para Cantão e hoje perdidas. Outras fontes portuguesas compensam muito pouco nossa curiosidade.<sup>75</sup> Elas nos informam que os portugueses viveram uma situação totalmente excepcional: “Em Nanjing, vimos o rei em pessoa divertindo-se contra o costume de sua terra, porque o rei nunca sai de seus aposentos e desde que a terra da China é terra, o rei pouco se permite sair do costume, nem o estrangeiro vê o rei da China como digo que o vimos”. Alguns detalhes sugerem a intimidade à qual chegaram nossos enviados:

Nos fez honra e teve prazer de nos ver e jogou távolas com Tomé Pires por vezes estando nós presente; assim nos mandou banquetear com todos os grandes: ao presente vimos por isto por três vezes. Entrou nos paraus em que íamos. Mandou sair todas as arcas para fora; tomou os vestidos que lhe pareceram bem e fez mercê a Tomé Pires, que fôssemos a Beijing, que nos despachava.

A singular familiaridade das relações não é inventada. A recepção em Nanjing contrasta, por sua simplicidade, com os fastos

e a grandiloquência que rodeiam a acolhida a Cortés em México-Tenochtitlán. É possível que a intervenção do favorito do imperador, Jiang Bin, talvez a soldo dos portugueses, tenha facilitado os fatos, e que Zhengde não se tenha desagradado por encurtar as rédeas de seus ministros.<sup>76</sup>

Provavelmente nunca se saberá se o imperador jogou xadrez chinês — *xiangqi* — com Pires, ou se o português lhe ensinou um dos “jogos de mesa”, os ancestrais dos nossos jogos de damas, então em voga na península Ibérica.<sup>77</sup> Contudo, o emprego do termo português e a curiosidade que se pode atribuir a Zhengde em tal ocasião nos inclinam para um jogo de mesa que se fazia sobre um tabuleiro dotado de certo número de casas e com pequenos discos à guisa de peões que eram chamados “tábuas”, feitos de madeira, osso ou marfim (nossas futuras damas), e dados de seis faces.<sup>78</sup> As circunstâncias levam a pensar que o imperador talvez quisesse conhecer um jogo novo e estrangeiro, em vez de medir-se com um adversário novato demais para o xadrez chinês. Aliás, não há nada de espantoso no fato de Pires ter viajado com um material de jogo, bem apropriado a preencher as horas vagas e a proporcionar alguma distração a expedições relativamente ariscadas. Sabe-se hoje que os jogos circularam de uma extremidade a outra da Eurásia, e que xadrez europeu e xadrez chinês têm provavelmente uma origem comum, a situar no noroeste da Índia por volta de 500 a.C. O que muda, com a irrupção dos portugueses, é que os itinerários ancestrais percorridos pelas caravanas e pelos jogos, ao sabor de incontáveis adaptações e transformações, são bruscamente encurtados. Entram em contato mundos que até então só mantiveram relações distantes, indiretas e episódicas, e esse contato pode também passar pelo jogo.

Também no México, é esse o caso. As relações cotidianas da roda de Cortés com Moctezuma se baseiam ao mesmo tempo nas trocas de presentes e de vestimentas e na paixão pelo jogo, que

parece ser universalmente compartilhada. Díaz de Castillo, que estava montando guarda, lembra-se de ter visto Cortés jogar *totoloque* com o *tlatoani*: “O jogo que chamavam assim era dotado de bolinhas muito lisas, feitas em ouro especialmente para esse fim; lançavam essas bolinhas a certa distância, assim como umas plaquinhas, também feitas de ouro, e em cinco jogadas e tentativas ganhavam ou perdiam certas peças de ouro ou ricas joias que apostavam.”<sup>79</sup> Todos se divertem, especialmente Moctezuma, ao ver um dos futuros conquistadores, Pedro de Alvarado, tentar traçar: “Ele fazia muito *ixoxol* quando contava os pontos.”<sup>80</sup>

Na pena do cronista, Moctezuma assume ares de grão-senhor liberal. Mas então o *tlatoani* mexica não é mais do que o rei de um romance de cavalaria? Sob o clichê, por trás da cortesia prodigalizada, desenham-se outras preocupações que decorrem da própria maneira como as sociedades indígenas concebem o jogo. Para Moctezuma, sejam quais forem as inteligências e as forças presentes, é a sorte, e só ela, que decidirá o desenlace. O *tlatoani* se comporta como atento perscrutador dos destinos, ávido por conhecer para qual lado se inclina a balança, quando não é ajudada pela mão humana. Cabe ao jogo prefigurar e revelar o resultado, um resultado que verá o perdedor fadado ao desastre absoluto e o vencedor, ao triunfo sem partilha.<sup>81</sup> Não há meias medidas entre os mexicas: os vencidos do jogo de bola são sacrificados. Moctezuma pertence a um mundo no qual o guerreiro vencedor de ontem pode expirar amanhã sob o cutelo de obsidiana do sacerdote sacrificador. Dirão que os mexicas “jogam” com o destino e o tempo, enquanto seus visitantes, mais prosaicamente, se divertem e enchem os bolsos? Seria esquecer que a expedição castelhana inclui também um astrólogo, Botello, que não se constrange em interrogar o destino. Daí a imaginar que, também para Cortés, os resultados do jogo podem prefigurar a sorte que os espera, ele e seus companheiros...<sup>82</sup> Em Nanjing, tende-se a

pensar que o jogo se baseia no acúmulo de atitudes acertadas, e, portanto, na experiência e na astúcia, e que o acaso tem uma participação bem mais reduzida. Mas evitemos fazer de Tomé Pires ou de Zhengde gente demasiado semelhantes a nós.

Nesse ano de 1520, em Nanjing ou em México-Tenochtitlán, obscuros europeus que jamais se aproximaram de seus próprios soberanos se veem lado a lado com os “donos do mundo”, em princípio inacessíveis aos mortais comuns. Aqui eles jogam damas, lá manejam bastões: um modo como outro de se divertir, mas também uma oportunidade de relaxar em situações particularmente estressantes, tanto para os europeus como para Moctezuma, então refém — ao menos, é o que Cortés afirma — de seus visitantes. Os mundos não se conectam em um dia e o jogo ajuda a vencer os imprevisíveis ou a matar o tempo, que nem sempre é exclusivamente consagrado a espionar o outro ou a tentar apANHÁ-lo numa armadilha. A curiosidade de cada um entra em jogo tanto quanto o desejo de conquistar e de possuir. E não somente a curiosidade dos recém-chegados: As pessoas logo esquecem que, para figuras da envergadura de Moctezuma e de Zhengde, depositárias de tradições seculares e de conhecimentos esotéricos, a frequentação dessas criaturas bizarras vindas de longe, totalmente ignorantes dos usos e dos códigos mais elementares na China e no México, mas portadoras de outros saberes, era intrigante e até fascinante. Fosse como fosse, a monotonia do cotidiano, que engloba as sociedades e as culturas, era quebrada durante alguns instantes. Ainda que a grosseira ignorância dos usos — como a daquele brutamonte espanhol que não acha nada melhor para ocupar a noite do que se masturbar durante seus turnos de guarda — choque o senhor de México-Tenochtitlán, que se queixa imediatamente.<sup>83</sup>

Em México-Tenochtitlán, à diferença de Nanjing, os episódios desse tipo não precedem o encontro oficial. Situa-se sema-

nas após um acontecimento ao qual as duas partes deram uma importância excepcional, tanto os mexicas, pela mobilização de recursos e de homens que ele envolveu, quanto os espanhóis, pelo destaque que seus relatos dão ao evento. O encontro entre Cortés e Moctezuma é também um momento forte porque, na pena de Cortés, se torna o cerne da argumentação de sua segunda carta. Ao revelar ao seu leitor os esplendores da Venezuela americana e ao narrar para o imperador a rendição de Moctezuma, ele lança mão dos únicos meios de que dispõe para ser perdoado por sua rebelião. Difícil, portanto, ou mesmo impossível, distinguir o que Cortés viu e compreendeu in loco daquilo que ele transmitiu à Europa sobre o assunto, alguns meses mais tarde.

A descoberta e a descrição da “grande cidade” marcaram, de todo modo, uma guinada na história da expansão espanhola na América. Transpõe-se um limiar, que fornece a Cortés a melhor das justificativas. Após a conquista dos selvagens das ilhas — mas, em certo sentido, era algo diferente de uma reencenação tropical da conquista das Canárias no século XV? —, após as frustradas esperanças de Colombo no sentido de alcançar o império do Grande Khan, os espanhóis finalmente chegam a um mundo que vale a pena e que nós diríamos “civilizado”, e todos, Cortés à frente, tornam consciência disso imediatamente: “Na maneira de ser deles, quase se encontra o modo de viver na Espanha, com tanta ordem e organização quanto lá; e, se considerarmos que esses indivíduos são bárbaros tão afastados do conhecimento de Deus e comunicação com outras nações dotadas de razão, é admirável ver aquela que eles aplicam a todas as coisas”. Pois o *señorío* de Moctezuma não é apenas grande “quase como na Espanha”.<sup>84</sup> ele encarna a emergência, entre a Europa e a Ásia oriental, de um continente povoado por sociedades numerosas, que permaneceram sem contato com o resto do planeta e com o Deus revelado. Tinha-se feito bem mais do que descobrir novas terras: tinha-se to-

gado cara a cara com outra humanidade surgida do nada. Cortés sabe magnificar a aposta mundial e histórica da expedição anunciando a conquista dos “maiores reinos do mundo” e o empreendimento mais glorioso que já houve.<sup>85</sup> É o bastante para poder trocar seus andrajados de desordeiro das ilhas pelo penacho imortal do conquistador.

Para justificar suas ações perante a Coroa, os juristas e os teólogos, impunha-se a submissão espontânea de Moctezuma: só ela podia varrer as interrogações sobre a legitimidade da conquista. Isso garantia ao conquistador um percurso sem erro, indiscutível, sem a menor nota falsa, e dava todo o valor à sua iniciativa acrescentando um novo império àquele que seu senhor Carlos possuía: este último “pode atribuir-se o título de novo imperador destas paragens, com tanto destaque e mérito quanto os de imperador da Alemanha”.

Como Cortés consegue isso? Blefando. Colocando na boca de Moctezuma um raciocínio que explica a submissão do *tlatoani*, por um ato voluntário de restituição. Assim como os espanhóis, os mexicas não são estrangeiros neste solo? “Não somos originários destas paragens, mas estrangeiros, pois chegamos aqui vindos de regiões muito distantes.”<sup>86</sup> Mas não vieram sozinhos. Um senhor, que em seguida voltou à sua terra — “retornou ao lugar de onde é natural” —, é que os teria conduzido a México-Tenochtitlán. Portanto, estava na ordem das coisas que um dia os descendentes dele — os castelhanos — viessem reclamar o que lhes era devido. Com isso, Moctezuma abdica de seu poder e, tal como o japonês Hirohito em janeiro de 1946, renuncia no mesmo impulso à sua natureza divina: “Sou de carne e osso como vós, e como cada um de vós sou mortal e posso ser tocado”. Por um prodígio de aceleração da história, Moctezuma abraçava uma visão secularizada do mundo, ainda mais depressa do que seu povo passaria do cobre ao aço.



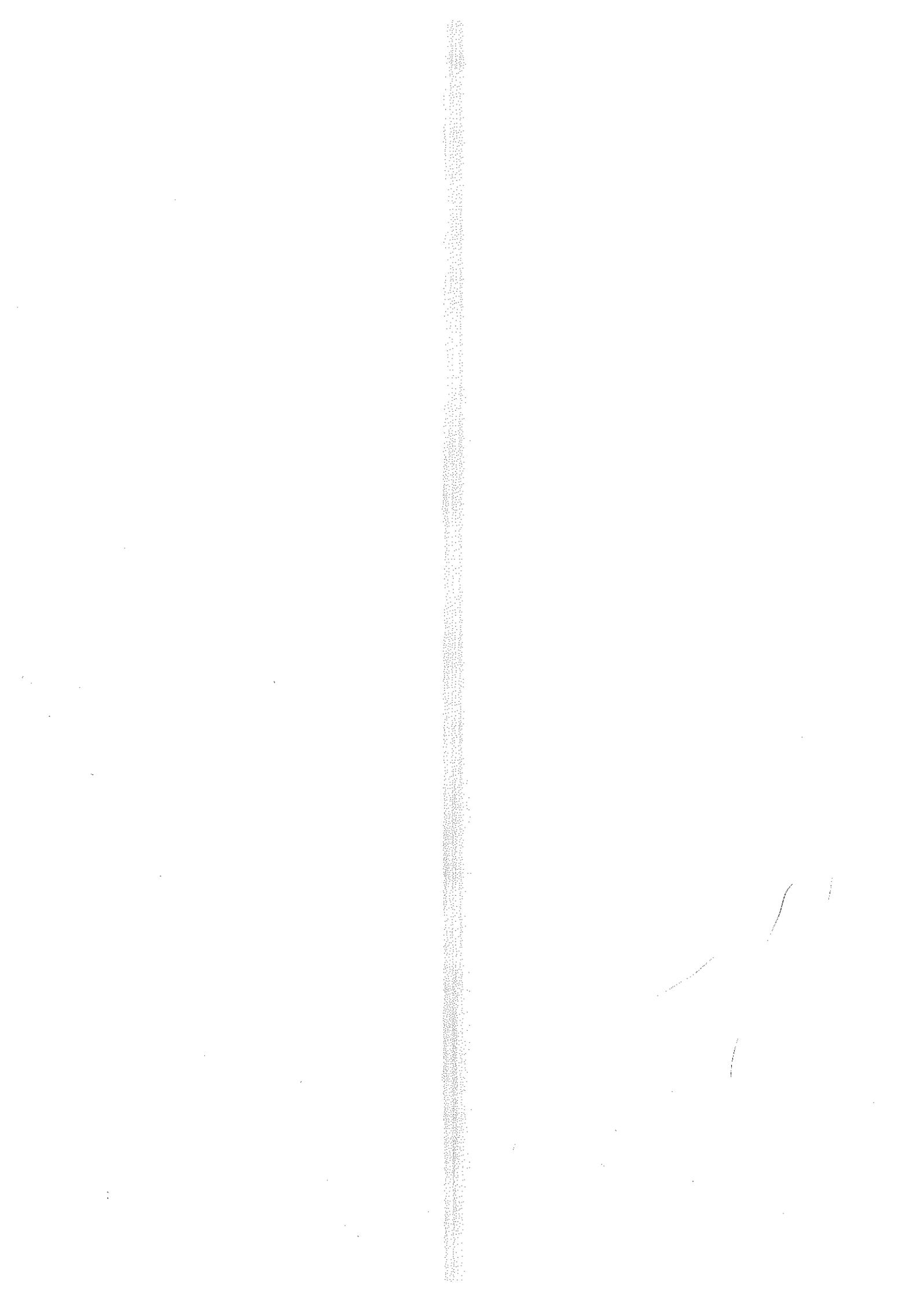
Da continuação imediata esperava-se que confirmasse os bons sentimentos do príncipe em relação aos invasores. Tudo se desenrolava como se Moctezuma tivesse aproveitado a oportunidade para se submeter a César: sentia-se “tal vontade e tal prazer em Moctezuma e em todos os indígenas destas terras, como se *ab initio* eles tivessem reconhecido em Yossa Sagrada Majestade seu rei e senhor natural”.<sup>87</sup> A mil léguas das improvisações, dos compromissos, dos passos em falso e dos deslizes de todo tipo que não deixaram de marcar a progressão dos espanhóis em terra mexicana e sua instalação em México-Tenochitlán,<sup>88</sup> o roteiro que Cortés apresenta parece pautado como uma partitura. A pena do futuro conquistador produz então um dos mitos fundadores da expansão ocidental, colocando seu imperador diante do fato consumado.

Ao que ele escreve, essa penetração é tão natural, essa intrusão é tão “esperada”, tão recoberta de boa consciência, tão imbuída da certeza de estar dentro do direito e da linha da história, que acabariamos acreditando que as coisas não poderiam ser diferentes. Estava escrito, tanto entre os índios quanto entre os espanhóis:

“Há muitos dias os índios estavam a par”. Quanto ao imperador Carlos, “há muitos dias que ele sabia”, tinha conhecimento havia bastante tempo da existência desses vassallos longínquos, como se Carlos V tivesse sempre sabido da existência dos astecas! Portanto, só resta aos índios, sem que haja guerra nem derrota, entregar-se de péssimas mãos atados aos seus visitantes, que nem precisam ser seus opressores: “Podeis dispor à vontade de tudo o que temos.”<sup>89</sup>

E também a ilustração escolar de um uso introduzido no século XVIII, o do *requerimiento*, esse apelo à submissão voluntária das populações encontradas — só que, desta vez, ele é praticado não mais à escala de uma tribo de insulares, mas à de uma potência continental, para não dizer de uma civilização inteira. Não sem algumas manipulações que Cortés confessa sem rodeios: “Pareceu-me que convinha especialmente fazê-los crer que Yossa Ma-

jestade era aquele que eles esperavam”. Tanto pior se o imperador não era realmente o “messias” esperado pelos índios! México-Tenochitlán, que empresta seu cenário inesquecível a esse episódio que Cortés soube reconstituir tão genialmente para seu senhor, bem vale uma pequena mentira! Como não sucumbir “à grandeza, às coisas singulares e maravilhosas dessa grande cidade de Tenochitlán [Tenochitlán]”?<sup>90</sup>



## Conclusão: Rumo a uma história global do Renascimento

O REI: *Assim este mar onde o sol se põe, sua resplandecente extensão [...]*

*O olhar audacioso dos meus predecessores a percorre-lo do alto, o dedo deles*

*Designava imperiosamente a outra margem, outro mundo...*

Paul Claudel, *Le Soldier de satin*

*Os galeões de Manila [...] não são mais do que um fio importantíssimo, sem divida, mas dificilmente mensurável, de um nó muito apertado, infinitamente complexo, de relações e de trocas cujo centro está em Manila, cuja estratégia não se deteve em Acapulco, Acapulco pobre praia, mas em Manila acessoriamente, na Cidade do México em ampla medida, em Macau, na China, nas Índias, nas margens da Europa atlântica.*

Pierre Chaunu, *Le Pacifique des Ibériques*

A guerra da China não aconteceu no século XVI. “Todos esses bancos palpitanes de ovas humanas, mais populosos do que

os mortos e que aguardam o batismo” (Paul Claudel) escaparão à cristianização e à colonização. A guerra dos europeus explodirá bem mais tarde, em 1840. Será a Guerra do Ópio. O almirante Elliot realiza então o sonho dos amigos de Pires e de Sánchez: assenhorear-se do delta do rio das Pérolas, apoderar-se de uma base insular, subir o rio e atacar Cantão. A cidade é bombardeada e será resgatada. Hong Kong passa às mãos dos britânicos. A China, humilhada, submete-se às condições dos europeus. Mas, pro- priamente falando, nunca será colonizada.

No século XVI, ainda se está bem longe disso. As veleidades portuguesas e espanholas de conquistista foram um tiro n'água. Enquanto o Novo Mundo está submetido a uma colonização sistemática, enquanto suas riquezas são exploradas de todas as maneiras pelos ibéricos, enquanto o cristianismo triunfa sobre as idolatrias, a China experimenta uma prosperidade sem precedentes, atrás de suas fronteiras novamente entreabertas. O comércio enriquece os ambientes mercantis. O dinheiro aflui do Japão, antes de chegar de Manila e de Macau. O Império do Meio nunca se manteve insensível ao que acontecia no exterior de suas fronteiras, especialmente no mar da China. Mas é sob suas condições e dentro do seu ritmo que a globalização das trocas liga o país ao resto do mundo, ou o resto do mundo à China. O engate se completa no fim do século XVI, quando a prata americana toma o rumo do Império Celestial. Doravante, todos os caminhos já não levam a Roma, mas a Beijing: diretamente pela via do Pacífico, ou seguindo a rota atlântica e depois a do oceano Índico, o metal branco chega aos cofres da China. Portanto, não são nem a conquistista nem a conversão, e menos ainda a dependência econômica, que ligam a China à Europa, mas circuitos que dão a volta no globo e ligam as diferentes partes dele. Não somente a Espanha jamais atacará a China “antes que ela desperte”, mas também, explorando as jazidas americanas e instalando uma sociedade colo-

mial e um sistema de mão de obra forçada, pode-se considerar que ela empregou boa parte de suas forças a serviço do Império do Meio e fez jus ao reconhecimento dele. Os espanhóis das Américas, que na maioria das vezes trocam ilegalmente a prata de Potosí pelas custosas mercadorias asiáticas, encontram nisso sua vantagem. Nos Andes ou no México, os trabalhadores indígenas e africanos ignoram que se estafam no fundo das minas tanto por conta de seus patrões europeus quanto pelos mercadores chineses que entesouram os preciosos pesos de prata mexicanos.

O desenracramento do mundo desenrolou-se, portanto, de maneira sincrônica, mas antiética. Para apreciá-lo, porém, é preciso saber afastar-se das molduras gastas de uma história nacional, colonial ou imperial que obstaculiza toda abordagem global. Comprendemos que uma história global não pode confundir-se com uma história da expansão europeia, mesmo quando privilegia a face europeia dos processos de globalização. Não se trata aqui, como é usual além do Atlântico, de rejeitar o eurocentrismo em nome da ética tacanha do politicamente correto, mas de fazer isso por razões de ordem intelectual: a imperiosa necessidade de compreender o mundo que hoje nos rodeia passa pela explosão das molduras multisseculares dentro das quais o que nos resta de memória histórica continua a operar. Tais molduras, tornadas obsoletas e arcaicas, sufocam-na e, no fim das contas, resultam em favorecer um presentismo cujos efeitos perversos já foram descritos.<sup>2</sup>

Uma história global do Renascimento contribui para reinterpretar os Grandes Descobrimentos restabelecendo ligações que a historiografia europeia ignorou ou silenciou. Ela ajuda a desembarçar-se dos esquemas simplistas da alteridade — para os quais a história se resume em um confronto entre nós e os outros — e a substituí-los por entredos mais complexos: a história global mostra que não existem apenas vencedores ou vencidos, e

que os dominantes podem igualmente ser dominados em outra parte do mundo. Uma história global leva a juntar novamente as peças do jogo mundial desmembradas pelas historiografias nacionais ou pulverizadas por uma micro-história mal dominada. Ela incita a deslocar nossas curiosidades e nossas problemáticas. Havíamos começado por nos centrar sobre a Monarquia Católica de Filipe II, esse império planetário nascido da união das Coroa da Espanha e de Portugal, e por restituir-lhe os espaços que ela ocupava no globo. Havíamos proseguido nossa releitura analisando as relações reais e virtuais que o Islã e o Novo Mundo mantinham nesse contexto. Uma história global teria o dever de atribuir à África todo o lugar que lhe cabe, tanto porque é lá que se elabora a primeira experiência colonial de envergadura com a bênção do papado como porque esse continente não cessará de abastecer com escravos a América recém-conquistada, conservando ao mesmo tempo vínculos muito antigos com os mundos do oceano Índico. Tampouco se deve esquecer que foi nessa terra que os portugueses celebraram o casamento trágico entre o tráfico e o cristianismo.<sup>3</sup>

Falei de uma história global do Renascimento porque não se pode escrever uma história sem ponto de vista — não se escreve a história vendo-a da estrela Sírius —, sob o risco de afogar-se nas generalidades de uma história-mundo. O desvio pela história global e pelas histórias conectadas conduz invariavelmente ao ponto de partida. Ressituar a história local e a história da Europa dentro de horizontes que as ultrapassam não é somente redimensioná-las, é também reexaminar as particularidades dessa parte do mundo. E reexaminar questões simples que merecem reflexão: são os ibéricos que visitam a América e a China, nunca o contrário.

Tais particularidades nos levam a identificar uma fratura sem dúvida tão prejudicial ao nosso conhecimento do passado quanto aquela aberta pelo eurocentrismo tão justamente criti-

cado. A Europa do século XVI não é a Europa do Norte. Os agentes da descoberta do México e da China, assim como seus promotores, são essencialmente ibéricos ou italianos. Portanto, não é excessivo lembrar a importância do Sul e do Mediterrâneo e todo o peso do século XVI católico sobre a história da Europa e do mundo. Pois como esquecer o papel da Igreja romana e da Missão, tão frequentemente escamoteado em proveito das expansões inglesas e holandesas, portadoras das manifestações setentrionais da Reforma, enquanto uma parte da mobilidade planetária que se apodera dos europeus é de ordem espiritual e até mística?

#### MODERNIDADES

Em *Les Quatre Parties du monde* havíamos sugerido que teimar em definir o aparecimento da modernidade em termos exclusivamente europeus, e mesmo italianos, franceses, ingleses e holandeses, era singularmente limitador. As relações multiplicadas com as grandes religiões e com as civilizações do planeta alimentaram milhares de experiência humanas que geram outras formas de modernidade, secretadas nas periferias dos mundos, por europeus e ao mesmo tempo por todos os que, voluntariamente ou não, entravam em relação com eles.

Esse livro põe à prova a modernidade europeia de outras duas maneiras. De início avaliando em todas as suas dimensões a revolução de Magalhães, que Peter Sloterdijk mostrou que era tão importante quanto a revolução de Copérnico e, sem dúvida, mais decisiva. Uma história global do Renascimento não pode ignorá-la. Com Copérnico e depois dele, a Terra gira em torno do sol; com Magalhães, são o homem europeu e seu capital que giram em torno da Terra. A revolução de Magalhães concerne imediata-

mente a marinheiros, mercadores, financeiros, príncipes e cronistas; ela faz do mar, da mobilidade dos homens e dos capitais o motor de todas as circulações e de todos os desencravamentos. Não há globalização sem revolução magalhânica, ao passo que é possível ligar as quatro partes do mundo e administrar uma monarquia planetária acreditando ainda nos velhos esquemas cósmicos de origem aristotélica.

Mas a história do mundo não se reduz à do homem europeu. Magalhães morre em Mactan, uma ilha das Filipinas; Cortés fracassa em seus projetos quanto ao Pacífico. Os carregamentos de especiarias jamais atravessarão o mar do Sul para chegar à Europa passando pelas Américas, e pelo menos por duas vezes os ibéricos renunciarão a enfrentar a China. A Ásia, especialmente a China, não se rendeu aos europeus, que tiveram de extrair lições desse fato. Eles já não são, como no Brasil ou no resto das Américas, europeus armados de uma superioridade a toda prova diante de populações de selvagens, prontas para ser conquistadas, massacradas ou exploradas. A guerra da China não acontecerá. Não somente os ibéricos se sentem impotentes e superados, exceto no plano da salvação; não somente eles, quer sejam portugueses ou espanhóis, se veem reduzidos a registrar os insultos dos quais os chineses não os poupam, mas também acabarão por transformar em modelo a potência que os esmaga com sua soberba. A grandeza chinesa os fascina, quer seja política, econômica ou cultural. A história das relações com a China, de meados do século XVI ao alvorecer do século XVIII, será a de uma construção intelectual na qual as elites da Europa ocidental não cessarão mais de se olhar. As coisas são totalmente diferentes no México, bem depressa incluído no mostruário das civilizações desaparecidas, terra de exotismo inofensivo, boa, no máximo, para suscitar piedade e lástima.

## GUINADA PARA O OESTE E NASCIMENTO DO OCIDENTE

Na segunda metade do século XVI, o Pacífico e suas margens orientais, China incluída, erguem-se no campo de mira do império espanhol. As Índias Ocidentais — na Espanha não se fala de continente americano — são o prolongamento, o posto avançado das Índias Orientais que se estendem do outro lado do mar do Sul. Mas a imensidão incontrolável do Pacífico, a impossibilidade de apoderar-se da China e de colonizar a Ásia obrigarão a restringir-se ao Novo Mundo e a destacá-lo do resto das Índias. Progressiva e irresistivelmente colonizada pelas potências europeias, a América derivará para o Leste e tecerá vínculos excepcionais com o Velho Mundo. O conjunto dará origem àquilo que foi chamado Ocidente. Um conceito, e depois uma realidade, que somente uma história global pode explicar satisfatoriamente.

De fato, a gestação do Ocidente euroamericano é indissociável do fracasso diante da China e, em seguida, do Japão. Este último bloqueia o movimento para o Oeste que as expedições de Colombo e de Magalhães tinham esboçado invertendo uma tendência mais do que milenar. Sabia-se desde a Antiguidade que a Terra era redonda e que era um globo. O próprio Aristóteles havia lembrado que teoricamente era concebível alcançar a Índia longínqua seguindo a rota do Oeste. Desde que se transpusesse um oceano cujas águas e cujos ventos eram desconhecidos pelos pilotos, e que se dispusesse de embarcações capazes de desafiar aquelas imensas extensões. Para os antigos, o Oeste permanecia como um horizonte fora de alcance. A Europa medieval não mudou muita coisa quanto a isso e manteve os olhos voltados para o Leste: o paraíso, a Terra Santa, Jerusalém, as narrativas da Antiguidade, a memória das cruzadas, as invasões mongóis, as ameaças do islã mameluco e otomano, as fabulosas riquezas da Índia e muitas outras coisas conspiravam para fazer do Oriente o objeto

de todas as esperanças, de todas as cobiças, assim como de todos os ódios quando se tratava de enfrentar o islã. Mesmo os portugueses deviam ceder a esse tropismo, pois, se seus navios rumavam primeiro para o Atlântico Sul, era a direção do Oriente e da Índia dos antigos que eles continuavam a privilegiar. Transposto o cabo da Boa Esperança, era o Oriente que se oferecia aos marinheiros esgotados e transidos.

Com Cristóvão Colombo e Magalhães, doravante a meta está situada no Oeste. O sentido das circulações europeias começa a se inverter. Na verdade, essa mutação não teve impacto imediato: a descoberta das Antilhas não altera a imagem que se fazia do Oeste — nada além de uma solidão oceânica salpicada por um punhado de ilhas logo dizimadas — e a primeira volta ao mundo revela sobretudo o quanto a rota ocidental é longa e pavorosamente perigosa: Magalhães e outros deixaram ali a própria pele. Outra descoberta, no coração desse livro, marcará irrevogavelmente o advento do Oeste no horizonte europeu. Ela não tem nada de uma viagem de longo curso. A partir de 1517, os europeus se dão conta de que a Terra firme inclui sociedades surpreendentes, cujos modos de vida parecem próximos daqueles do Velho Mundo. Com a descoberta do Peru e do império dos incas, fixa-se definitivamente a convicção de que existe outro mundo, esquecido pela Bíblia e pelos antigos. Em lugares tão distantes como Istambul, os contemporâneos são sensíveis ao caráter inaudito dessa descoberta e evidentemente, quando são muçulmanos, ao escândalo de uma conquistista que fez cair nas mãos dos inféis — ou seja, dos cristãos — uma parte não desprezível da humanidade. Por volta de 1580, um cronista anônimo da corte otomana conclama o sultão a recuperar o tempo perdido e a ir tomar dos cristãos essas novas terras a fim de fazer brilhar ali as luzes do islã.<sup>4</sup>

Portanto, o Oeste deixa de ser uma simples direção, um ponto inacessível abandonado “à ilusão e à loucura”<sup>5</sup> (Claudel), para

materializar-se e tornar-se aquilo que ele permanecerá por muito tempo, uma terra prometida para os missionários, uma fonte de riquezas a pilhar sem limitações, um laboratório onde as pessoas se empenharão em reproduzir a Europa nascente, um espaço tão acolhedor para os emigrantes quanto infernal para os negros da África. Para certos católicos, as novas Índias parecerão como o futuro do mundo cristão: providencialmente poupados pelo islã e pelo cisma protestante, ricos de uma humanidade nova — os índios —, esses territórios ofereciam à catolicidade perspectivas que doravante a Europa corrompida e ameaçada pelos turcos parecia lhe recusar. Do lado protestante, no século xvii, o sonho será o de uma América puritana, de uma Palestina americana purificada dos selvagens que a povoavam. Será preciso lembrar de que maneira, ao longo dos séculos, as Américas se tornaram a esperança de gerações de europeus que foram buscar do outro lado do Oceano a sobrevivência e o futuro que o Velho Mundo lhes regateava? No século xix, a corrida para o Oeste não fez senão reavivar a atração adquirida pelas paragens americanas antes que o Oeste se tornasse por si só sinônimo de liberdade, de espírito empreendedor, enfim de aliança atlântica e de anticomunismo. Diante de um Oriente antigo, despótico, enlanguescido e decadente, o Ocidente se afirmará progressivamente como o motor da civilização moderna e o berço da modernidade. Acrescentemos que a ideia de Europa — tal como nos é familiar hoje — se formou à medida que o Novo Mundo emergia, e compreenderemos melhor por que os destinos dessas duas partes do globo são indissociáveis: se as Américas foram moldadas pela Europa, esta, por sua vez, desde o Renascimento, enriqueceu, construiu-se e reproduziu-se projetando-se do outro lado do Atlântico, mediante os vínculos que estabeleceu com as diferentes partes do novo continente. Foi à base de Nova Espanha, Nova Granada, Nova Inglaterra ou Nova França que os países da Europa se exercitaram em seu duplo papel

de predadores e de “civilizadores”. Outras tantas razões, portanto, para convencer-se de que a mudança de rumo genialmente operada por Colombo pesará bem mais do que as ilhas e os litorais que ele descobriu. Mas também de que foi a resistência da China que delimitou os contornos do Ocidente.

O fracasso na Ásia e a impossível conquista da China fizeram do Pacífico um limite entre os mundos, um gigantesco abismo entre o Oriente e o Ocidente. E por muito tempo a América viu-se amarrada ao Velho Mundo. Como explica, melhor do que ninguém, o Filipe II do *Soulier de satin*:

E essa praia do mundo que os sábios abandonavam outrora à ilusão e à loucura,

Agora é dela que meu chanceler de Finanças extrai o ouro vital que anima aqui toda a máquina do Estado, e faz crescer por toda parte, mais densas do que a grama em maio, as lanças de meus esquadroes!

O mar perdeu para nós seus terrores e só conserva suas maravilhas;

Sim, suas vagas movediças mal bastam para alterar a larga estrada de ouro que liga uma à outra Castela

Por onde se apressa indo e vindo dificulosamente a dupla fileira de meus barcos

Que levam para lá meus sacerdotes e meus guerreiros e me trazem aqueles tesouros pagãos gerados pelo sol...<sup>6</sup>

